

Lula resgata símbolo aviltado pelo fascismo

“Brasil não é partido, é o nosso país, de 215 milhões de brasileiros”

HORA DO POVO

ANO XXXII - Nº 3.874 21 a 27 de Setembro de 2022

★ ★ ★ ★ ★

Divulgação



‘Ele mostra ódio ao pobre quando diz nada sair de bom dos rincões’, diz Orlando Silva

“Ao tentar agredir o PT, Bolsonaro deu um tiro no pé. Dizer que o problema do país é o partido “composto por gente dos grotões” e que “nada de bom” sai desses locais, denota o ódio aos pobres e só fortalece a ligação de Lula com o povo”, comentou o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) no Twitter. A fala preconceituosa de Jair Bolsonaro foi feita no sábado (17), no Paraná. **Pág. 3**

BTG: Lula cresce 3 pontos e vai a 44%, Bolsonaro paralisa em 35%

Ciro Gomes tem 7% e Simone Tebet, 5%. Em uma disputa de segundo turno, Lula venceria, hoje, por 52% dos votos contra 39% de Bolsonaro, registra a pesquisa FSB/BTG divulgada na segunda-feira (19) pela manhã. **Página 3**

Europeus vão às ruas contra alta da energia após sanções

Manifestações em repúdio aos aumentos nas tarifas, após as sanções à Rússia, aconteceram em Viena, Praga, Nápoles e Leipzig, entre outras cidades europeias. **Página 6**

I

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira



Bandeira do Brasil no comício em Florianópolis, assim como em Porto Alegre (foto)

“Essa é a bandeira dos milhões que amam esse país”

Normalmente, “um fascista que não tem partido político, que nunca organizou partido político, que não gosta do povo, não respeita ninguém, diz o seguinte: ‘O meu partido é o Brasil’. E eu queria dizer para ele que o Brasil não é partido, é o nosso país”, afirmou Lula em comício em Santa Catarina. “Esta bandeira aqui não é bandeira de um partido. É a bandeira de 215 milhões de brasileiros que amam este país”, completou o presidente, que subiu ao palanque com a bandeira do Brasil e a do PT para criticar as falas pseudopatrióticas do chefe do Executivo. **Página 3**

Fome é grave em casas onde vivem crianças até 10 anos



Maria da Silva mostra o pote de farinha vazio, em Ibimirim (PE). 33 milhões de brasileiros passam fome

“BC transfere mais 200 bi a super-ricos”, denuncia Oreiro

Com os aumentos na taxa básica de juros da economia (Selic) realizados pelo Banco Central (BC), a transferência de renda da sociedade para o setor financeiro, por meio dos juros da dívida pública, atingiu a soma de R\$ 586,4 no acumulado de doze meses até julho. “Este é o custo da política monetária que iniciou em março de 2021. Nesta época, a taxa estava em 2%, agora em setembro de 2022 está em 13,75%. Você aumentou em um ano o pagamento dos juros da dívida em R\$ 200 bilhões”, analisou José Luís Oreiro, economista e professor da UnB. “Nós temos 33 milhões de brasileiros passando fome, e são quase R\$ 600 bilhões transferidos para os mais ricos”, destacou ao HP **Pág. 2**

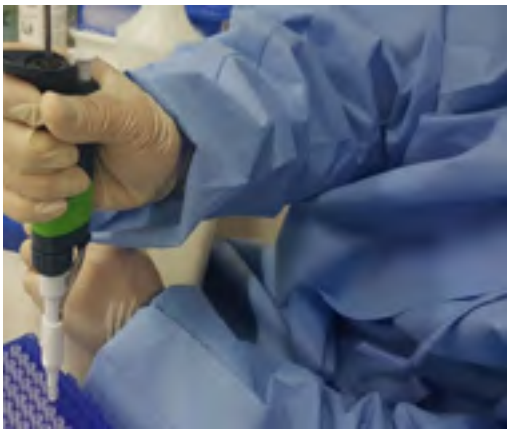
O risco da fome atinge 37,8% dos domicílios onde vivem crianças de até 10 anos e a maior proporção de famílias nessa situação está nas regiões Norte e Nordeste do país, aponta a pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PenSSan). Segundo dados complementares do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgados na quarta-feira (14), em números absolutos, mais de 125,2 milhões de brasileiros sofrem com algum nível de insegurança alimentar, sendo que 33,1 milhões passam fome. **Pág. 2**

Bolsonaro “usou caixão da rainha para comício”, diz The Guardian

O título do jornal britânico The Guardian, sobre o que Jair Bolsonaro fez em sua viagem aos funerais da rainha Elizabeth II – “Usou o caixão da rainha para fazer campanha eleitoral” -, sintetiza bem como foi entendida sua atitude. Não é a primeira vez que ele desrespeita os sentimentos de quem passa por um luto. Para piorar, incorreu em crime eleitoral ao usar a sacada da residência oficial da embaixada brasileira em Londres para fazer campanha. **Pág. 3**

“Governo paralisa ciência e atrasa o país”, diz SBPC

Foto: Sumaia Vilella/Agência Brasil



“Governo paralisa a ciência e atrasa o país”, afirma SBPC

Cientistas denunciam em Carta “mais esse duro golpe no futuro do Brasil”

A Medida Provisória de Bolsonaro que corta recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) até 2027 “imobiliza e atrasa o Brasil”, afirma a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em carta aberta, divulgada na segunda-feira (12). A entidade denuncia o corte de 42% previsto no orçamento do FNDCT para o ano que vem.

De acordo com a SBPC, que representa mais de 70 associações científicas, o corte é um dos desdobramentos da Medida Provisória 1.136/2022, editada por Bolsonaro no final de agosto, que congelou a liberação de mais de R\$ 3,5 bilhões de recursos do FNDCT que foram aprovados pelo Congresso Nacional para este ano e impede o acesso a mais R\$ 14 bilhões até 2027. Por conta do corte, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) perderá R\$ 4 bilhões de receitas.

O FNDCT é o principal fundo de financiamento de ciência e tecnologia do país. A MP de Bolsonaro prevê o contingenciamento dos recursos do Fundo até 2027, mesmo após o Congresso ter aprovado a proibição de bloqueio de recursos do fundo, por meio da Lei Complementar nº 177, de 2021.

Leia na íntegra a Carta da SBPC.

CARTA AO BRASIL CONTRA A DESTRUIÇÃO DO NOSSO FUTURO

“Às vésperas do envio da proposta orçamentária para 2023 ao Congresso Nacional, o Governo Federal decidiu atacar mais uma vez a ciência brasileira, desta vez comprometendo inclusive o futuro das pesquisas nacionais. Atendendo a interesses inconfessáveis, o presidente Jair Bolsonaro editou a Medida Provisória nº 1.136, de 2022, congelando a liberação de mais de R\$ 3,5 bilhões dos recursos aprovados para 2022 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e impedindo o acesso a mais de R\$ 14 bilhões até 2027.

O obscurantismo revelado pela MP 1.136/2022 paralisa a ciência. Sob o manto da MP, a proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023 já promove corte de 42% no FNDCT, gerando a perda de 4 bilhões no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI. Decisões como esta confirmam a postura de ataque do atual Governo contra a ciência. Governo este que não deixou o Brasil desenvolver as vacinas que os anos de covid ensinaram ser imperativo possuir e ser capaz de produzir.

Quase setecentos mil brasileiros já morreram devido à pandemia! Quantos mais irão morrer por omissão – e tesouradas – do Governo nos investimentos em ciência? Quanto vamos atrasar nossa economia por conta desse descaso pela ciência e tecnologia, reconhecidos motores do avanço na produção de riquezas? O custo necessário para termos soberania com laboratórios e competências em vacinas é de R\$ 500 milhões. A Medida Provisória 1.136/2022, que corta o dinheiro da ciência, é como a cloroquina: imobiliza e atrasa o Brasil.

No ano passado, exportamos 86,63 milhões de toneladas de soja, gerando mais de R\$ 217 milhões. A produtividade neste setor foi multiplicada por 6 nos últimos 20 anos graças à pesquisa científica. Foi a notável cientista Johanna Döbereiner, da Embrapa, quem desenvolveu a tecnologia utilizada para a fixação de nitrogênio nas plantações, fazendo com que o Brasil tenha o menor custo de produção de soja do mundo.

Denunciamos a agressão às instituições científicas nacionais e o sequestro dos recursos do orçamento de C&T, inclusive a verba que já tinha sido aprovada pelo Congresso para investimento em 2022. O bom senso e a história condenarão o atual Governo por mais esse rude golpe no futuro do Brasil!”

Foto: Marcos Oliveira / Agência Senado



José Luis Oreiro: “aumento de R\$ 200 bilhões é três vezes o Auxílio Brasil”

Foto: Jorge Araujo/Fotos Públicas



Recursos para os que mais precisam será de apenas R\$ 48 milhões em 2023

Planalto propôs o menor orçamento para a Assistência Social em mais de uma década

Jair Bolsonaro é conhecido por odiar as mulheres, por desrespeitá-las, ameaçá-las e agredi-las com frequência, como fez recentemente, por exemplo, com as jornalistas Vera Magalhães e Amanda Klein. No entanto, uma análise mais detalhada da proposta de orçamento para o ano de 2023, enviada por ele ao Congresso Nacional no mês passado, revela que não é só as mulheres que ele odeia.

Pois bem, agora vem a constatação, feita pela equipe de reportagem da BBC News, e reproduzida em reportagem Na sexta-feira (16), do site G1, que o orçamento previsto por Jair Bolsonaro para a Assistência Social caiu para o nível mais

baixo da última década. Ele era de R\$ 3 bilhões em 2014, caiu para R\$ 1,36 bi em 2020, depois para R\$ 1,1 bi em 2021 e, para 2023, o valor será de apenas e somente R\$ 48 milhões, o menor em mais de uma década.

Sua proposta de orçamento mostra que o atual inquilino do Planalto tem um profundo desprezo também pelo povo brasileiro, principalmente pela população mais pobre. A atenção de Bolsonaro se concentrou no abastecimento do orçamento secreto, um instrumento ilegal e imoral de desvio de verbas públicas para viabilizar o suborno e a compra de votos por parte do Planalto e de seus apaniguados no Congresso Nacional. Para este fim foram

reservados R\$ 19 bilhões em 2023.

FARMÁCIA POPULAR

Além disso, cortou 60% das verbas do programa Farmácia Popular, que garante medicações gratuitas ou a preços acessíveis aos portadores das doenças mais comuns como diabetes, hipertensão e outras às populações de baixa renda. Dos R\$ 2,04 bilhões do orçamento destinados a este programa no ano de 2022, os recursos cairão para R\$ 804 milhões em 2023.

Leia a matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/governo-propos-o-menor-orcamento-para-a-assistencia-social-em-mais-de-uma-decada/>

Fome é mais grave em lares com crianças de até 10 anos

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan) divulgou na quarta-feira (14) dados complementares do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, onde aponta que, em números absolutos, mais de 125,2 milhões de brasileiros sofrem com algum nível de insegurança alimentar, sendo que 33,1 milhões passam fome.

A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome) – e que o país regrediu para um patamar

equivalente ao da década de 1990.

O risco da fome atinge 37,8% dos domicílios onde vivem crianças de até 10 anos e a maior proporção de famílias nessa situação está nas regiões Norte e Nordeste do país, aponta a pesquisa.

Na análise da Insegurança Alimentar grave, que atinge 33,1 milhões de brasileiros, alguns estados se destacam, com altas prevalências em suas respectivas regiões. Da população que convive com a fome na região Norte, 2,6 milhões de pessoas estão no estado do Pará, enquanto na região Nordeste 2,4 milhões vivem no Ceará; 2,1 milhões no Maranhão e em Pernambuco; 1,7 milhão de pessoas na Bahia; 1,2 milhão de

pessoas em Alagoas; e 1,1 milhão de pessoas no Piauí.

O Sudeste, que é a região mais populosa do país, tem em números absolutos o maior contingente de pessoas passando fome, das quais 6,8 milhões em São Paulo e 2,7 milhões no Estado do Rio de Janeiro. “Entretanto, considerando o total das populações de cada macrorregião, a maior proporção daqueles que convivem com a fome é de moradores das regiões Norte e Nordeste do país”, ressaltou a Rede Penssan.

Sob o desgoverno de Jair Bolsonaro, a fome explodiu no país, passando de 10,3 milhões de brasileiros em 2018, segundo o IBGE, para 33,1 milhões.

Jair cortou 95% das verbas de habitação

Reportagem do G1 desta quinta-feira (15) revela que a proposta de orçamento para o ano de 2023, enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional no fim de agosto, prevê R\$ 34,1 milhões para o programa Casa Verde e Amarela. O valor é 95% menor do que o empenhado em 2022. Enquanto isso, o governo garantiu R\$ 19 bilhões para a rouba-lheira do orçamento secreto.

Isso mesmo: foram feitos cortes em vários setores, na Educação, na pesquisa, na merenda escolar e outras para que Bolsonaro pudesse levar adiante o orçamento secreto, uma orgia criminosa com o dinheiro público no maior escândalo de desvio de verbas públicas já visto no Brasil. Como já denunciou o deputado Orlando Silva (PC-do-BR-SP), o orçamento secreto

“é o maior desvio de verbas desde o escândalo dos anões do orçamento”.

A quantia destinada para a habitação, de R\$ 665,1 milhões para 2022, já era considerada insuficiente para a construção de novas habitações, segundo avaliação do próprio Ministério do Desenvolvimento Regional. Com esse corte feito por Bolsonaro, nenhuma casa vai ser construída.

Os repasses do governo federal existem para fomentar a construção de moradias para população mais vulnerável do país. O déficit de moradias no Brasil gira na ordem de 6 milhões de residências. A quantidade de famílias morando nas ruas do Brasil cresce a olhos vistos.

Mas esse não é um problema que preocupe Jair Bolsonaro. Assim como ele fez na pandemia, mostra desprezo quando

é cobrado. Sobre as mortes de Covid ele dizia, “e daí?”. “O que você quer que eu faça?”. Agora, sobre as moradias populares, ele faz o mesmo. Sua cabeça só pensa em fazer motociatas, em passear de jet ski e em conspirar contra a democracia.

O programa Casa Verde e Amarela foi uma jogada do governo Jair Bolsonaro (PL) para acabar com o Minha Casa, Minha Vida, programa criado em 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Disse que ia substituir por um que fosse seu. O que ele fez foi acabar com um programa que construía centenas de milhares de casas por uma farsa com as cores do Brasil. Com essa verba, a verdade é que não há mais um programa de moradia popular. O programa Casa Verde e Amarela de Bolsonaro é uma farsa.

“Este é o custo da política monetária que elevou a Selic a 13,75%. Aumentou em um ano o pagamento dos juros da dívida em R\$ 200 bilhões, quase R\$ 600 bilhões”, denuncia o economista da UnB

Com os aumentos na taxa básica de juros da economia (Selic) realizados pelo Banco Central (BC), a transferência de renda da sociedade para o setor financeiro, por meio dos juros da dívida pública, atingiu a soma de R\$ 586,4 no acumulado de doze meses até julho.

A cifra bilionária gasta pelo governo Bolsonaro com juros representa 6,31% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo informações do BC. No mesmo intervalo de tempo do ano passado, a soma foi de R\$ 323,5 bilhões (3,94% do PIB).

“É o maior programa de transferência de renda da história, de toda sociedade, para o 1% mais rico do País”, criticou o economista José Luis Oreiro, em entrevista ao HP, destacando que o aumento da taxa de juros não teve impacto sobre a inflação.

“Nós temos 33 milhões de brasileiros passando fome, e são quase R\$ 600 bilhões transferidos para os mais ricos”, destacou em entrevista ao HP.

INFLAÇÃO

“Este é o custo da política monetária que iniciou em março de 2021. Nesta época, a taxa estava em 2%, e, agora, em setembro de 2022, está em 13,75%. Você aumentou em um ano o pagamento dos juros da dívida em R\$ 200 bilhões. Chama a atenção que isto é três vezes o Auxílio Brasil. Isto é maior que todo o gasto do governo federal e dos Estados com a desoneração de combustíveis e energia elétrica, que está em torno de cerca de R\$ 150 bilhões. Quer dizer, quando se fala da ganstância do governo Bolsonaro, que ele está gastando para reduzir os impostos – o chamado gasto tributário – redução de impostos sobre combustíveis e sobre eletricidade, isso não passa nem perto do gasto com os juros da dívida”.

“O maior programa de transferência de renda da história, de toda sociedade, para o 1% mais rico do País”

“Qual foi o efeito que teve sobre a inflação este aumento da taxa de juros? Nenhum. A inflação só cedeu um pouco nos últimos dois meses porque o governo reduziu o ICMS sobre os combustíveis e sobre eletricidade e isto deu deflação em dois meses. É por isto que a inflação este ano vai fechar menor que a previsão, não foi por causa da elevação dos juros”, explicou o economista.

Oreiro observou, ainda, que o governo Bolsonaro faz “o maior programa de transferência de renda da história, de toda sociedade, para o 1% mais rico do País. Enquanto isso, estamos vendo os indicadores econômicos, por exemplo, o setor do varejo, na transição de julho para julho, veio em queda, o varejo restrito e ampliado. O efeito da reabertura da economia está se esgotando.

Nós temos 33 milhões de brasileiros passando fome, e são quase R\$ 600 bilhões transferidos para os mais ricos. É uma mentira dizer que há transferência no Brasil dos ricos para os pobres. O que tem é uma transferência de renda de toda a sociedade para os mais ricos. Eu repito, esse aumento em um ano de R\$ 200 bilhões é três vezes o Auxílio Brasil. É transferir de toda a sociedade para os 1% mais ricos. Lógico que este pessoal está apoiando Bolsonaro, evidente, estão ganhando muito dinheiro”, avaliou o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB).

MAIOR JURO REAL DO MUNDO

Na próxima terça-feira (20), o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC se reunirá para decidir se continuará elevando ou não a taxa de juros. A alta na Selic começou em 17 de março de 2021 e, desde então, a taxa subiu 12 vezes consecutivamente, de 2% para 13,75%, patamar mais alto desde 2016, quando a taxa começou o ano em 14%. Neste patamar, o Brasil lidera o ranking mundial de juros reais, isso é, descontada a inflação.

A elevação dos juros não teve

impacto sobre a inflação, que vem de causas que não têm a ver com o aumento da demanda. Em 2021, o IPCA, que mede a inflação oficial do país, encerrou em alta de 10,06%, o maior aumento desde 2015 (10,67%). Nos últimos 12 meses até agosto, o índice geral acumula alta de 8,73%, de acordo com o IBGE.

Ao analisar o problema da inflação no Brasil, Oreiro destaca que “não existe pressão de demanda sobre a economia brasileira” que justifique o aumento da taxa de juros. “A inflação é um problema de choque de oferta persistente, mas não permanente”, disse o professor da UNB, em outra entrevista concedida ao HP. Em sua opinião, há inflação de alimentos e de energia subindo, “por conta de uma série de eventos que persistem no tempo, como: a guerra da Rússia e da Ucrânia, como os efeitos ainda da Covid-19 sobre a cadeia mundial de suplementos”. “Quer dizer, esses efeitos estão durando mais do que a gente havia esperado”, avaliou.

ENDIVIDAMENTO RECORDE DAS FAMÍLIAS

O impacto dos juros altos foi ineficaz contra a inflação, mas agravou o endividamento das famílias e das empresas ao encarecer ainda mais o crédito aos consumidores, além de criar mais travas aos investimentos e ao consumo – afetando diretamente os empregos e a renda.

Com os altos custos dos alimentos e de outras despesas do dia a dia, as famílias que têm seus salários corroídos pela queda da renda e pela inflação estão sendo forçadas a se endividar com o cartão de crédito, cheque especial e até empréstimos – com seus juros exorbitantes.

Em agosto, o percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer atingiu 79% do total de lares no país em agosto – cresceu 6,1 p.p. na comparação com agosto do ano passado, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Já a inadimplência – a proporção de famílias que relataram ter dívidas em atraso, chegou a 29,6%.

Do lado do consumo, o resultado das vendas do comércio varejista brasileiro foi de queda pelo terceiro mês consecutivo e a quarta maior queda para o mês nos últimos quatro anos, segundo números divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE.

O volume de vendas do setor recuou 0,8% em julho na comparação com junho, após quedas de -1,4% e -0,1% nos meses anteriores. Na comparação com julho do ano passado o resultado também foi negativo, -5,2%. Nos últimos 12 meses, o comércio varejista nacional está em baixa de -1,8%.

INDÚSTRIA

Operando a níveis abaixo do patamar anterior à pandemia, a Indústria brasileira ao longo deste ano tem apresentado pequenas oscilações no fundo do poço. Em julho, a produção industrial teve um avanço de 0,6% ante junho, mas apresentou recuo de -0,5% no mês ante o mesmo período de 2021, de acordo com dados da Pesquisa Mensal da Indústria. O setor acumula queda de 2% no ano. Já no acumulado de 12 meses, está negativo em -3,0%.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), os dados revelam que 2022 “difícilmente será promissor para a indústria”. Com base no que foi apurado pela pesquisa do IBGE, o instituto lembra que no acumulado dos sete primeiros meses de 2022, 73% dos ramos da indústria permanecem desastrosamente no vermelho.

“Entre os macrossetores, a maior perda cabe a bens de consumo duráveis, com -10,5% ante jan-ago/21, seguidos de longe por bens intermediários (-1,7%) e bens de capital (-1,6%), que em 2021 como um todo tinham acumulado crescimento de dois dígitos (+27,8%). Bens de consumo semi e não duráveis, por sua vez, têm queda de -0,8%”, avalia a entidade.

ANTONIO ROSA

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP)

“Ele mostra ódio aos pobres ao dizer que nada de bom sai dos rincões”, diz Orlando

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou no Twitter que Jair Bolsonaro “é preconceituoso e burro” por ter falado que “nada de bom” pode sair dos “rincões e grotões” do país.

“Ao tentar agredir o PT, Bolsonaro deu um tiro no pé. Dizer que o problema do país é o partido “composto por gente dos grotões” e que “nada de bom” sai desses locais, denota o ódio aos pobres e só fortalece a ligação de Lula com o povo”, comentou o parlamentar, candidato à reeleição. “Bolsonaro é preconceituoso e burro”, completou.

A fala preconceituosa de Jair Bolsonaro foi feita no sábado (17), em evento no Paraná.

Segundo Bolsonaro, o Brasil é “um país que não tem problemas outros”.

“O único problema que nós temos aqui é o PT, composto de pessoas que vieram dos rincões, dos grotões, daqueles locais onde nada poderia sair dali a não ser esse tipo de gente”, continuou.

A jornalista Vera Magalhães também observou que, “depois de fazer o diabo para conseguir esse voto, Bolsonaro prefere pregar no palanque a divisão regional do país e negar os problemas sociais e econômicos e o racismo”.

“Rincões: lugares afastados, cercados de mato. Grotões: lugares afastados das grandes cidades”, explicou a jornalista.

Em julho de 2019, Jair Bolsonaro foi gravado chamando os governadores dos Estados do Nordeste de “paraíba”. “Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão”, disse.

“Paraíba” é uma forma pejorativa de se referir aos nordestinos usada no Rio de Janeiro, local onde Bolsonaro fez sua carreira política.

“Nesse desgoverno vai tudo para o orçamento secreto e nada em defesa da mulher”, diz Jandira

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) denunciou nas redes sociais que no Orçamento do governo de Jair Bolsonaro “está indo tudo para o orçamento secreto” e nada para políticas para as mulheres ou para a educação.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023, o governo Bolsonaro reservou R\$ 19,4 bilhões somente para o orçamento secreto, mas reajusta o salário mínimo abaixo da inflação e corta 95% da verba para o programa Casa Verde e Amarela, que substituiu o Minha Casa, Minha Vida.

“No orçamento do genocida não cabe o combate à violência contra a mulher. A gente sabe bem o que cabe. Está indo tudo para o orçamento secreto. Só o voto pode reverter esta tragédia”, comentou Jandira Feghali no Twitter.

Desde 2020, Bolsonaro já cortou 90% das verbas para políticas de combate à violência contra a mulher.

Os programas tinham, em 2020, R\$ 100 milhões e passaram a ter, em 2022, apenas R\$ 9 milhões. Para 2023, o dinheiro para o combate à violência contra a mulher totaliza R\$ 17,2 milhões. Isso ainda representa uma diminuição de 83% em relação às verbas de 2020.

O orçamento de 2023 prevê um corte de 95% nas verbas do programa Casa Verde e Amarela, destinando apenas R\$ 34 milhões, enquanto em 2022 o montante foi de R\$ 665 milhões.

Pelas redes sociais, a deputada também comentou a notícia de que o “auxílio-creche”, prometido pelo governo há mais de um ano, continua sem atender nenhuma criança. “E, agora, tem crianças sem creche também. O saco de maldades deste desgoverno não tem fundo”.

O governo chegou a reservar R\$ 137 milhões para o programa, mas nenhum centavo sequer foi gasto. Nenhuma criança foi atendida pelo auxílio-creche.

Reprodução



Deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ)

Lula: “esta é a bandeira de 215 milhões de brasileiros”



Ricardo Stuckert

Lula em Florianópolis entre Decio Lima e Bia Vargas, candidatos a governador e vice

Vexame em Londres: “usou caixão da rainha para fazer comício”, apontou The Guardian

O título do jornal britânico The Guardian, sobre o que Jair Bolsonaro fez em sua viagem aos funerais da rainha Elizabeth II – “Usou o caixão da rainha para fazer campanha eleitoral”, sintetiza bem o vexame que ele aprontou, em sua tentativa de reverter a alta rejeição dos brasileiros à sua candidatura. Diplomatas destacaram a “falta de sobriedade” de Bolsonaro em Londres.

Da sacada da residência oficial da embaixada brasileira na capital inglesa, ele afrontou a lei – que impede o uso de estruturas oficiais para fins eleitorais – e discursou para apoiadores pedindo votos. A atitude gerou desconforto entre diplomatas e críticas de adversários na corrida eleitoral. A candidata do União Brasil à Presidência, Soraya Thronicke, pediu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que proíba Bolsonaro de usar imagens da viagem a Londres na campanha eleitoral.

TUMULTO DE BOLSONARISTAS
Não satisfeitas, as hordas dos fanáticos apoiadores de Bolsonaro tumultuaram as ruas de Londres e agrediram até os repórteres ingleses. Os bolsonaristas hostilizaram profissionais de imprensa que faziam a cobertura da passagem de Bolsonaro pela Inglaterra.

Um dos apoiadores de Bolsonaro chegou a mandar um britânico “voltar à Venezuela”. Para fontes ouvidas, a postura “é descabida e não traduz as condicionalidades que o Brasil presta e nem a diplomacia entre as duas nações”. Com o país vivendo uma de suas maiores crises, a inflação dos alimentos nas alturas, os juros mais altos do mundo, 33 milhões de brasileiros passando fome e 50 milhões de desempregados

e subempregados, Bolsonaro fez propaganda de si mesmo. “Estamos no caminho certo”, declarou o presidente brasileiro aos apoiadores vestidos de amarelo que se reuniram do lado de fora do prédio, a menos de duas milhas de Westminster Hall, onde estava sendo velado o corpo da rainha. Durante uma entrevista, assim que chegou, zombou dos ingleses dizendo que “todo mundo vai ter um ponto final”. E acrescentou, com claro objetivo eleitoral, que, “na hora do juízo final, não vai ter ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para descondenar uma pessoa e torná-la elegível”, uma referência à anulação das condenações do ex-presidente Lula, que lidera todas as pesquisas eleitorais.

DEU CHILIQUE
Depois ele perdeu a compostura e abandonou a entrevista quando foi questionado sobre o uso eleitoral dos funerais. “Você acha que eu vim aqui fazer política?”, disse Bolsonaro. O correspondente do Guardian na América Latina, Tom Phillips, divulgou em suas redes sociais as agressões dos bolsonaristas aos jornalistas ingleses.

A transformação oportunística do funeral da rainha Elizabeth em comício eleitoral por parte do presidente Bolsonaro (PL) virou destaque nos principais meios de comunicação dos EUA e da Europa. Outro jornal inglês, o The Sun, também noticiou que “o presidente de extrema-direita se dirigiu a um comício das janelas da embaixada de seu país e agitava uma pequena multidão que se reunia do lado de fora”.

O The Sun noticiou que “o presidente de extrema-direita se dirigiu a um comício das janelas da embaixada de seu país e agitava uma multidão

que se reunia do lado de fora”. Por sua vez, o Independent afirma que “Bolsonaro é acusado de transformar visita a funeral da rainha em comício político”. O site destaca que “Bolsonaro realizou um comício eleitoral improvisado ao fazer um discurso ao ar livre em Londres”. O portal, assim como boa parte da mídia brasileira, dá como certa a derrota dele para Lula no próximo dia 2 outubro.

IMPRESA DOS EUA
O The Times afirma que, além de ter usado o funeral de Elizabeth II para fazer comício, Bolsonaro aproveitou a viagem para comparar os preços da gasolina da Inglaterra com o do Brasil sem levar em conta as diferenças salariais entre o Brasil e a Inglaterra. O Times também destacou o fato de que a derrota do mandatário é iminente na votação que vai ocorrer no dia 2 de outubro.

O vexame de Bolsonaro também repercutiu nos Estados Unidos. “Bolsonaro faz discurso raivoso em tom de campanha antes de comparecer ao funeral da rainha”, noticiou o US News. “O ex-capitão do exército de extrema-direita, Bolsonaro, falou brevemente sobre o legado da Rainha, antes de acusar a oposição de tentar implantar o comunismo no maior país da América Latina”, diz o US News sobre Bolsonaro em Londres.

Além disso, o US News afirmou que Bolsonaro é uma ameaça à democracia e que preocupa outros líderes. “Os líderes ocidentais estão cada vez mais preocupados com seu compromisso com a democracia. Ele tem repetidamente feito ataques infundados ao sistema de votação eletrônica do Brasil e insinuou que pode não aceitar os resultados da eleição se perder”, destaca o site estadunidense.

Lula cresce 3 pontos e vai a 44%, enquanto Bolsonaro estaciona em 35%, diz FSB/BTG

Lula subiu três pontos e agora tem 44% das intenções de voto, enquanto Bolsonaro continua estagnado em 35%, registra a pesquisa FSB/BTG divulgada nesta segunda-feira (19) pela manhã.

O levantamento também mostra que Lula, Ciro Gomes e Simone Tebet vencem Jair Bolsonaro em caso de segundo turno.

A pesquisa realizada pelo Instituto FSB ouviu 2 mil eleitores por telefone entre os dias 16 e 18 de setembro.

Lula, que na pesquisa divulgada na semana passada tinha 41%, agora, tem 44% das intenções de voto. Jair Bolsonaro continua com 35%.

O ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, caiu dois pontos e, agora, tem 7% das intenções de

voto. O mesmo aconteceu com Simone Tebet, que tem 5%.

Os demais candidatos fizeram 1% ou não pontuaram, mas a soma de todos eles caiu de 3% para 2%. Nulos e brancos somaram 4%, os que não responderam foram 3%.



Fotomontagem HP

Os três primeiros colocados presidenciais

Bolsonaro, “que não gosta do povo, não respeita ninguém, diz o seguinte: ‘O meu partido é o Brasil’”. E eu queria dizer para ele que o Brasil não é partido”, disse o presidente em Florianópolis

Em geral, os farsantes se escudem em discursos de um suposto “patriotismo” ou “religioso” para tentar capturar uns incautos.

Isto está bem evidente na campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL). Foi o que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse em campanha em Florianópolis (SC) neste domingo (18).

Lula subiu ao palanque com a bandeira do Brasil e a do PT para criticar as falas pseudopatrióticas do chefe do Executivo.

No comício, Lula rebateu frase habitual do adversário na disputa eleitoral. Bolsonaro, na tentativa de enganar eleitores em torno do seu patriotismo de fancaria e da aversão ao que já chamou de “velha política”, costuma dizer que seu “partido é o Brasil”.

“Normalmente, um fascista que não tem partido político, que nunca organizou partido político, que não gosta do povo, não respeita ninguém, diz o seguinte: ‘O meu partido é o Brasil’”. E eu queria dizer para ele que o Brasil não é partido, é o nosso país”, afirmou Lula em campanha em Santa Catarina.

“Esta bandeira aqui não é bandeira de um partido. É a bandeira de 215 milhões de brasileiros que amam este país”, completou o presidente.

Lula disse que seu objetivo é reconstruir o país destruído pelo atual governo. “Nós temos que assumir a responsabilidade, mais uma vez, de devolver ao país a alegria, a esperança, a felicidade, o direito de sorrir, de comer três vezes ao dia, de sonhar com universidade. Nós não queremos tirar nada de ninguém. O que nós queremos é ter uma casa, criar nossos filhos em paz e harmonia, que eles possam estudar, tirar um diploma de doutor, porque não é privilégio dos ricos, é direito de todos”, declarou.

“JEITO NO CENTRÃO”

Lula completou o giro de campanha pelos Estados da região Sul do país, neste domingo, com comício em Florianópolis. Em discurso, ele afirmou que, se eleito, vai ter que “dar um jeito no Centrão” e mexer no orçamento secreto.

Na última sexta-feira (16), Lula participou de atos eleitorais em Porto Alegre e, no sábado (17), em Curitiba.

Na capital de Santa Catarina, Lula subiu em palanque montado na Praça Tancredo Neves, no Centro, em frente à Assembleia Legislativa. Ele estava acompanhado de aliados e correligionários, como o candidato a vice, Geraldo Alckmin (PSB).

Alckmin começou informando em seu discurso que perguntou às pessoas qual foi a obra do “tchutchuca” em Santa Catarina, arrancando risos e aplausos. “Nenhuma”, respondeu.

O ex-governador, candidato a vice na chapa de Lula, relatou o que Bolsonaro fez contra o país durante a sua gestão.

“O que foi feito no Brasil inteiro: desemprego entre os jovens mais de 30%; fome, que já tinha ido embora, 33 milhões de pessoas. Inflação do café da manhã – do pão, do leite, da manteiga – mais de 30%. Negacionismo, o Brasil tem 3% da população do mundo, teve 10,5% de mortes por covid.

Contra o SUS, nomeou um general que não sabia o que era o SUS. Retrocesso na educação”, declarou.

O candidato a governador de Santa Catarina, o ex-prefeito de Blumenau, Décio Lima (PT), disse que Lula estava ali “para trazer a esperança para o povo catarinense”. “Vamos com certeza resgatar a esperança do nosso povo”. Décio Lima foi prefeito de Blumenau entre 1997 e 2005 e deputado federal de 2007 até 2019.

O senador Dário Berger (PSB), que disputou a reeleição, citou a importância do pleito de outubro para reestabelecer a ordem democrática e ajudar a enterrar qualquer tentativa golpista.

“Talvez essa seja uma das eleições mais importantes das últimas décadas, o que está em jogo é o futuro de Santa Catarina, do Brasil, da democracia e do estado democrático de direito. De fato, o Brasil piorou muito nos últimos 4 anos, retrocedeu, voltou ao mapa da fome. O Brasil que estamos vivendo hoje não é o que queremos, e para reconstruir este país nós só temos uma oportunidade, e essa pessoa se chama Lula”, completou.

Também participaram do ato o senador do Amapá, Randolfe Rodrigues, da Rede Sustentabilidade, Manuela D’Ávila, representando o PCdoB, Bia Vargas, candidata à vice-governadora de Santa Catarina, além de candidatos a deputados e lideranças regionais.

VOTAR EM ALIADOS

No comício, Lula pediu para os eleitores votarem em candidatos aliados, porque, segundo ele, vai precisar de ajuda no Congresso caso seja eleito. Foi quando Lula mencionou o Centrão e o chamado “orçamento secreto”.

Centrão é o nome dado a grupo informal de partidos, sobretudo, na Câmara Federal. São siglas de orientação de direita e de centro-direita que, ao longo dos últimos governos, aliaram-se ao Palácio do Planalto, independentemente, da posição política do presidente da República de plantão.

Em troca de oferecer ao governo governabilidade no Congresso, o Centrão ocupa cargos estratégicos na gestão federal, cooptados pelo mandatário de plantão.

“ORÇAMENTO SECRETO”

“Orçamento secreto”, por sua vez, é como ficaram conhecidas as emendas de relator. São emendas parlamentares, com recursos previstos no Orçamento da União que não são distribuídos igualmente entre todos os parlamentares — ao contrário das demais emendas (individuais, de bancada ou de comissão).

Os repasses do orçamento ficam, na prática, a critério de conversas informais e acordos com o relator e o governo. São consideradas menos transparentes.

“Se a gente ganhar, a gente vai ter que dar um jeito no Centrão, vai ter que mexer no orçamento secreto, vai ter que cumprir o piso da enfermagem, melhorar o piso dos professores”, afirmou o ex-presidente.

M. V.

Até Weintraub, ex-ministro, diz que apoio a Bolsonaro é “passar pano para ladrão”

O ex-ministro da Educação do atual governo, Abraham Weintraub, disse que Jair Bolsonaro é “uma farsa” e teve que “se entregar para o ‘centrão’ porque a família dele se lambuzou” na corrupção.

“Agora você escolhe, cara”. Continuar apoiando Jair Bolsonaro “é passar pano para mentira, passar pano para ladrão, porra, ladrão. O bolsonarismo se corrompeu”.

Em live que realizou no sábado (17), Weintraub se queixou que, “depois de tanto esforço e sacrifício”, o que sobrou foi um presidente “para andar numa porcaria de um jet ski e ter um monte de mansão”.

“Ele teve que se entregar para

o ‘centrão’ porque a família dele se lambuzou. Pegaram ele, pegaram o ‘Flavião’, pegaram... tem foto, tem tudo”.

“O que o Bolsonaro quer? Ele quer a estrutura do PL, o dinheiro do PL. Agora o PP mandou mais dinheiro para ele também. O bolsonarismo é uma farsa, uma pirâmide que vai ser desmontada”, continuou o ex-ministro.

“O que tem de malandro que usa a religião para enganar, pra se dar bem”.

Weintraub disse que o questionam se ele quer a volta do PT ao governo e o ex-ministro rebateu: “Quem criou essa situação horrível foi o Bolsonaro. Eu quero que o bolsonarismo acabe, o bolsonarismo virou uma lepra”.

Veto ao aumento da merenda ameaça as crianças com fome

Com veto de Bolsonaro ao reajuste do valor repassado ao PNAE as denúncias de cortes de itens básicos, como arroz e carne estão frequentes

O veto de Jair Bolsonaro ao reajuste na merenda escolar e o aumento abusivo dos alimentos têm provocado racionamentos nas refeições pelas escolas do Brasil. Relatos de falta de comida e mudança da alimentação para suco e bolacha são encontrados por todo o país. Em um dos casos, as crianças chegaram a repartir 1/4 de ovo para almoçar.

A foto do prato oferecido na Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) Ipiranga, em Belo Horizonte, rodou nas redes sociais. Ela mostra que a refeição servida leva a quarta parte do ovo, uma colher de arroz, um pouco de verdura e molho de carne.

Reportagem do jornal Estado de S. Paulo mostrou casos de alunos que tiveram a mão carimbada para não repetir o prato. Além de cortes de itens básicos, como arroz e carne, estão entre as queixas espalhadas pelo país. Com o alto número de pais sem trabalho, a merenda é uma chance de refeição equilibrada para parte das crianças.

Em agosto, a gestão Jair Bolsonaro vetou o reajuste, com correção pela inflação, aprovado pelo Congresso. A justificativa foi que isso poderia drenar verbas de outros programas e estourar o teto de gastos. Depois, ele não previu reajuste no Projeto de Lei Orçamentária.

A responsabilidade de custeio da merenda escolar é da União, Estados e municípios, mas a participação federal é importante, principalmente em cidades pobres. Gestores locais dizem que a defasagem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem feito os municípios gastarem mais. A inflação da cesta básica, que inclui feijão e verduras, teve alta de 26,75% de maio de 2021 a maio deste ano.

O PNAE atende 41 milhões de alunos no País. O valor diário enviado a Estados e municípios para cada aluno é definido conforme a etapa e a modalidade de ensino. E de R\$ 1,07 na creche; R\$ 0,53 na pré-escola e R\$ 0,36 para o fundamental e o médio. Em nota, o Ministério da Educação (MEC) diz que o PNAE alcança todos os matriculados na rede pública. E cada escola recebe alimentos conforme o número de alunos.

Afirma ainda que o FNDE, órgão do ministério responsável pelo programa, não tem autonomia para elevar os valores per capita. Toda escola em área de vulnerabilidade social ou que recebe alunos de área vulnerável pode oferecer refeição extra.

“A alimentação escolar deve ser responsabilidade compartilhada entre União, Estados e municípios”, diz Gabriel Carvalhal, do Observatório da Alimentação Escolar. “Se um desses falha, afeta o equilíbrio do sistema, pois os outros são obrigados a complementar.” Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania

e Segurança Alimentar e Nutricional mostram que a fome dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos: de 9,4% em 2020 para 18,1% este ano.

A questão da falta de merenda nas escolas agrava ainda mais a situação da fome no país. Na última quarta-feira (14) a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan) divulgou dados complementares do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, onde aponta que, em números absolutos, mais de 125,2 milhões de brasileiros sofrem com algum nível de insegurança alimentar, sendo que 33,1 milhões passam fome.

A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome) – e que o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990.

Com a economia estagnada, agravada pelo negacionismo do governo durante a pandemia e o desmonte das políticas públicas, Bolsonaro fez explodir a fome no país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10,3 milhões de pessoas viviam em domicílios com insegurança alimentar grave entre 2017-2018, o número saltou para 33,1 milhões.

O risco da fome atinge 37,8% dos domicílios onde vivem crianças de até 10 anos e a maior proporção de famílias nessa situação está nas regiões Norte e Nordeste do país, aponta a pesquisa.

Neste mês, imagens de alunos do Centro Educacional 3 de Planaltina, no Distrito Federal, com a marca de carimbo na mão para não repetirem a merenda circularam nas redes. A diretoria da escola justificou que a medida foi de um professor para evitar “fura-fila”, com alunos servidos mais de uma vez e outros ficarem sem. Já a Secretaria da Educação disse repudiar a medida e afirmou não faltar alimentos nem haver veto a repetir. Segundo a pasta, o caso foi isolado e é apurado pela Corregedoria. O sindicato dos professores diz que há restrições em mais escolas.

Em Cascavel (PR), pais também reclamam da falta de itens básicos, como arroz. A prefeitura diz ter notificado a empresa vencedora da licitação para corrigir eventuais faltas e destacou ter comprado R\$ 33 milhões em alimentos. Auxiliar de escritório, Thais Amaral, de 29 anos, tem um filho de 6 anos na rede. “Faz mais de uma semana que ele diz que não tem arroz.” A Secretaria de Educação de Cascavel afirma que o cardápio é feito pela equipe de nutricionistas e o arroz não é o único item que compõe a lista.

Campanha de Bolsonaro pagou R\$ 7 milhões por serviços a empresa que criou site de ataques a Lula

Por trás do site Lulaflax - que reúne uma série de conteúdos negativos e fake news sobre o ex-presidente e candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - está a Magic Beans Comunicação, empresa que já faturou cerca de R\$ 7 milhões da campanha à reeleição de Jair Bolsonaro (PL).

O dono da Magic Beans é Lucas Alexx Pedro dos Santos, de 27 anos. A empresa foi contratada pela campanha de Bolsonaro por R\$ 4 milhões. Porém, ela já aparecia nas prestações de contas do PL desde a pré-campanha. De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgadas pela “Folha de S. Paulo”, no período anterior às campanhas foram feitos três pagamentos pelo partido para a empresa entre os dias 10 de junho e 21 de julho. O total desses pagamentos, R\$ 3,1, foi quitado com o fundo partidário.

No início de 2022, a Magic Beans recebeu um aporte financeiro grande que ela passou por uma

reformulação geral e ampliação das atividades da empresa. Além do Lulaflax, que terá sua legalidade discutida no TSE a pedido da campanha de Lula, a empresa ainda foi contratada por R\$ 100 mil por Eduardo Cunha (PTB-SP) que busca um retorno à Câmara dos Deputados em Brasília.

Além da troca do nome do proprietário da empresa para o de Lucas Alexx, a principal mudança ficou em torno do seu capital social que foi de R\$ 1 mil para R\$ 150 mil.

A Magic Beans Comunicação atua na produção e disparo em massa de conteúdo digital para a campanha de Bolsonaro e afirma não define o conteúdo do material produzido.

A Folha apontou que Lucas Alexx I, apesar de constar como dono da Magic Beans, nunca trabalhou com campanhas políticas ou com políticos e comemorou a projeção que uma campanha presidencial poderia dar à empresa.



Magic Beans recebeu R\$ 7 milhões de Bolsonaro



Em Belo Horizonte, quatro crianças da Educação Infantil dividem um ovo

Aprendizado em queda livre: dobra no país a proporção de crianças que não sabem ler

O ano de 2021 ficará marcado pelo retrocesso na educação brasileira. Pela primeira vez, o Brasil registrou piora no aprendizado de estudantes em todos os níveis avaliados em 2021. Segundo os dados apresentados pelo próprio Ministério da Educação (MEC), a etapa que sofreu o maior impacto foi a da alfabetização, medida no 2º ano do ensino fundamental. Os resultados são do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021 e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2021, divulgados nesta sexta-feira (16) pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O completo abandono da Educação pelo governo federal durante a pandemia está agora registrado em números. Com as escolas fechadas e Estados e Municípios sem qualquer apoio ou orientação do MEC para atuar neste período crítico, as metas de desenvolvimento da Educação ficaram longe de serem cumpridas. O Ideb, que é o principal indicador de qualidade das escolas do Brasil. O indicador considera os resultados do Saeb e o fluxo escolar, a aprovação ou reprovação e o abandono escolar. O Ideb segue uma escala de 0 a 10. O país fixou metas para serem cumpridas a cada etapa de ensino até este ano, o ano do bicentenário da Independência do Brasil. O Ideb 2021 era, portanto, o último com metas fixadas.

Os resultados mostram que o país, em um contexto de pandemia, não cumpriu nenhuma das metas estabelecidas para a Educação. Para os anos iniciais do ensino fundamental, até o 5º ano, o Ideb 2021 foi 5,8, a meta era 6. Nos anos finais, o Ideb foi 5,1 e a meta era 5,5. No ensino médio, o Ideb foi 4,2 e a meta era 5,2.

No Saeb, os resultados mostram que houve piora em todas as etapas de ensino. A maior queda ocorreu na etapa da alfabetização. A pontuação obtida pelos alunos do 2º ano do ensino fundamental em língua portuguesa passou de 750 pontos em 2019, em média, para 725,5. As pontuações são distribuídas em 8 níveis, de acordo com os conteúdos aprendidos. A queda de 24,5 pontos entre um ano e outro significa que a média brasileira caiu em um nível.

LEITURA INSUFICIENTE A porcentagem dos estudantes do 2º ano nos três primeiros níveis, ou seja, que não conseguem sequer ler palavras isoladas, passou de 15,5% em 2019 para 33,8%, em 2021. Na outra ponta, a porcentagem daqueles no nível 8, o mais alto, caiu de 5% para 3%. Em matemática, a porcentagem dos estudantes nos três primeiros níveis passou de 15,9% em 2019 para 22,4% em 2021. Esses estudantes não são capazes de resolver problemas de adição ou subtração. A média nacional caiu de 750 pontos para 741 pontos. Uma queda de 9 pontos.



33% dos alunos do 2º fundamental não sabem ler

Nesta etapa as provas são aplicadas de forma amostral, a apenas um grupo de estudantes de escolas públicas e particulares.

RETROCESSO AO NÍVEL DE 2015

Nos demais anos, a avaliação é feita de forma censitária, com a aplicação a todos os alunos presentes. No 5º ano do ensino fundamental, o aprendizado dos estudantes tanto em língua portuguesa quanto em matemática retornou ao patamar de 2015. Em língua portuguesa, a média nacional foi de 208 pontos, mesma pontuação de 2015 e uma queda de 7 pontos em relação aos 215 obtidos em 2019.

Em matemática, a pontuação média foi 217, uma queda de 11 pontos em relação a 2019, com 228 pontos; e dois pontos abaixo de 2015, quando a média foi 219.

No 9º ano, quatro a cada dez alunos estão nos três primeiros níveis de aprendizagem em língua portuguesa, essa porcentagem passou de 40,8% em 2019 para 42,4% em 2021. Cerca de 15% dos alunos estão abaixo do nível 1, com habilidades mais básicas do que o sistema consegue aferir. A média de proficiência se manteve praticamente estável, passando de 260 em 2019 para 258 em 2021.

Em matemática no 9º ano, o país tinha registrado uma melhora, passando de uma média de 258 pontos em 2017 para 263 pontos em 2019. Agora, o país volta ao patamar de 2015, com uma média de 256 pontos e com 44,4% dos estudantes nos três níveis mais baixos de proficiência.

No 9º ano foi aplicada pela segunda vez, de forma amostral, avaliações de ciências no 9º ano. Mais da metade dos estudantes está nos três primeiros níveis de proficiência. Essa avaliação foi aplicada pela primeira vez em 2019, quando foi registrada a pontuação média de 250 pontos em ciências humanas e em ciências da natureza. Em 2021, a média cai para 244,6 pontos em ciências humanas e para 247,4 em ciências da natureza.

Aplicado a cada dois anos, desde 1990, o Saeb é a principal avaliação nacional de aprendizagem. Nele, estudantes do 2º, do 5º e do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio resolvem questões de língua portuguesa e matemática.

Alguns estudantes do 9º ano respondem ainda a questões de ciências humanas e ciências da natureza. Ao todo, 5,3 milhões de estudantes foram avaliados em 2021.

ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NÃO SABEM LER

No ensino médio, no último ano escolar, a média da proficiência caiu de 278 pontos em língua portuguesa em 2019 para 275 pontos em 2021. A pontuação coloca o Brasil no nível 3 de aprendizagem, em uma escala que vai até o nível 8. Isso significa que os alunos, em geral, não sabem, por exemplo, identificar a finalidade e a informação principal em notícias – habilidade do nível 4 de proficiência.

Em matemática, a média de pontuação no ensino médio passou de 277 para 270 entre 2019 e 2020, o que posiciona o país no nível 2 de 10 níveis.

FALTA DE PRIORIDADE PARA A EDUCAÇÃO

Os dados mostram que a pandemia levou ao fechamento de escolas em todo o país. A maior parte das escolas, 92%, adotou de mediação remota ou híbrida e 72,3% das escolas recorreram à reorganização curricular com priorização de habilidades ou conteúdos. Ou seja, os estudantes do país, mesmo cursando o mesmo ano escolar, não aprenderam necessariamente os mesmos conteúdos e, por isso, não é possível saber se tinham ou não aprendido o que foi cobrado no momento da avaliação.

BOLSONARO TRANSFORMOU MEC EM BALCÃO DE CORRUPÇÃO, DIZ UMES-SP

Estudantes destacaram o abandono da Educação pelo governo federal. Lucca Gidra, presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), denuncia que Bolsonaro preferiu transformar o MEC em um “balcão de corrupção”, ao invés de enfrentar os problemas causados pela pandemia.

“O governo federal ignorou a gravidade da pandemia e abandonou os estudantes ao longo do último período. Enquanto as escolas permaneciam fechadas, não houve qualquer empenho do governo para o fornecimento de internet aos estudantes de escolas públicas”, disse Lucca.

Ele relembra que a fome e a miséria contribuíram diretamente para o abandono escolar. “A política de morte deste governo colocou o povo brasileiro numa situação de miséria e fome. Muitos estudantes foram obrigados a abandonar as escolas para trabalhar, ou cuidar de outras crianças para que os pais e mães trabalhassem”, disse.



Decreto foi suspenso por Fachin

Fachin alerta para risco de “violência política” ao defender suspensão do decreto pró-armas

Supremo Tribunal Federal (STF) já registra cinco votos para manter a suspensão de regras que flexibilizam acesso a armas feitas por Bolsonaro

Na votação, ocorrida nesta sexta-feira (16), os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski acompanharam o relator, ministro Edson Fachin.

As normas foram definidas em decretos editados por Jair Bolsonaro (PL), mas trechos foram suspensos em medidas cautelares (provisórias) por Fachin.

As três ações sobre o assunto foram levadas ao plenário virtual (quando os ministros inserem seus votos pelo sistema). Os outros ministros têm até terça-feira (20) para inserir seu voto.

Em sua decisão, Fachin justificou que “o início da campanha eleitoral exaspera o risco de violência política”. “Conquanto seja recomendável aguardar as contribuições, sempre cuidadosas, decorrentes dos pedidos de vista”, prossegue.

Pois “passado mais de um ano e à luz dos recentes e lamentáveis episódios de violência política, cumpre conceder a cautelar a fim de resguardar o próprio objeto de deliberação desta Corte”, continua o ministro. “Noutras palavras, o risco de violência política torna de extrema e excepcional urgência a necessidade de se conceder o provimento cautelar”, defendeu Edson Fachin.

Trechos dos decretos de Bolsonaro que afrouxaram as normas para acesso a armas no Brasil em 2019 já haviam sido suspensos em julgamento anterior.

Rosa Weber — hoje presidente do STF — estava com a relatoria. Mas um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes deixou os processos parados entre 2019 e 2021.

Em setembro de 21021, com a retomada das análises e o voto do ministro Alexandre de Moraes favorável a suspensão, o ministro Nunes Marques, indicado por Bolsonaro, fez outro pedido de vista.

Com isso, o julgamento foi suspenso novamente. No último dia 5, Fachin falou sobre violência política às vésperas das eleições para justificar as suas decisões.

Para ele, a posse de armas de fogo só pode ser autorizada para pessoas que demonstrarem, por razões profissionais ou pessoais, efetiva necessidade.

Além disso, o ministro estabeleceu que o quantitativo de aquisição de munições deve se limitar ao que for necessário para garantir a segurança dos cidadãos.

Os ministros têm até o dia 20 para decidir se mantêm ou não a decisão individual do relator.

Porém, se houver outro pedido de vista, (tempo maior para análise), o julgamento poderá ser suspenso e a decisão será levada ao plenário da Corte, presencialmente.

As ações foram levadas ao STF pelo PSB e o PT contra decretos de 2019 que aumentaram as facilidades para aquisição de armas de fogo no país.

Em março do ano passado, Fachin votou por declarar inconstitucionais os decretos.

Segundo o ministro, estudos confirmam que a maior quantidade de armas circulando na sociedade aumenta a criminalidade e a violência.

Para ele, há consenso da comunidade internacional quanto à necessidade de controle de armas de fogo.

Reportagem do R7 mostrou que o número de lojas de armas com registro concedido pelo Exército aumentou 143% de 2018 a 2021.

O quantitativo de novas permissões de estabelecimentos passou de 237 para 577.

No mesmo período, o número de pessoas físicas com registro de colecionador, atirador e caçador (CAC) saltou de 117.467 para 515.253,

Isso resulta num crescimento de 338%; já o número de novos registros de armas para CACs aumentou 333%.

O Exército é o responsável por fiscalizar a comercialização de armas e munições no Brasil.

No caso dos CACs, é o órgão que acompanha os registros e seus acervos por meio do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma).

Os demais civis que pretendam ter armamento precisam fazer a solicitação à Polícia Federal pelo Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

Na prática, os decretos de Bolsonaro estão armando o crime organizado. Elementos com vasta ficha criminal e condenações, driblam a legislação e obtêm título de CAC.

Outra estratégia usada por facções criminosas como o PCC, por exemplo, é recrutar “laranjas” para se alistarem no Exército e assim obter a autorização para compra de armas para o grupo.

Outro malefício da política armamentista são as mortes decorrentes de conflitos entre a população.

O HP e demais órgãos de imprensa têm denunciado, com frequência, assassinatos por armas de fogo, impulsionados pela facilidade em se obter uma arma.

No início da semana, Ezequiel Lemos Ramos, de 38 anos, foi preso na capital paulista pelo assassinato da mulher e do filho de 2 anos de idade.

O assassino tem certificado de caçador, atirador desportivo e colecionador de armas.



Corte de verba do Farmácia Popular afetará distribuição de 13 tipos de medicamentos

O corte de 60% nos recursos do programa Farmácia Popular, previsto no Orçamento para 2023 enviado pelo governo ao Congresso, vai impactar severamente a vida de pessoas que sofrem de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, asma, entre outras, e até os usuários de fraldas geriátricas.

Com o corte feito pelo governo Bolsonaro, dos R\$ 2,04 bilhões do orçamento deste ano, o recurso previsto cairá para R\$ 804 milhões em 2023, o que, segundo o ProGenéricos (Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos), restringirá o acesso da população a 13 tipos de medicamentos.

O Farmácia Popular oferece gratuitamente remédios para as doenças mais comuns no país, como é o caso de diabetes e hipertensão, e também dá acesso de forma subsidiada – o governo paga até 90% do valor tabelado e o cidadão, o restante – a medicamentos para rinite, glaucoma, osteoporose, doença de Parkinson, anticonceptivos e fraldas geriátricas.

Assim que o corte foi divulgado em reportagem do jornal O Estado de São Paulo, a medida – de impacto tão negativo para a população de baixa renda, ou seja, milhões de pessoas que necessitam de uso contínuo desses medicamentos – caiu como uma bomba na campanha eleitoral de Bolsonaro, ainda mais sabendo-se que esses cortes no Orçamento se deram para garantir mais recursos para o “orçamento secreto”, esquema criminoso de desvio de verbas públicas para a compra de votos.

Com a repercussão da notícia, e alertado pelo comitê de campanha, Bolsonaro, temendo mais perda de votos, correu para tentar tirar o corpo fora de suas responsabilidades e, nesta quarta-feira (14), divulgou que estava mandando os ministros Paulo Guedes, da Economia, e Marcelo Queiroga, da Saúde, reverterem os cortes para recompor o Farmácia Popular.

Segundo Guedes, assim como prometeu manter o auxílio em R\$ 600,00, sem incluir na lei do próximo ano, Bolsonaro promete que irá manter o Farmácia Popular como é atualmente. Corta com uma mão, e com a outra promete que não cortará. Outra promessa não incluída no Orçamento.

Com três anos de salários congelados, renda média de servidores públicos cai 8,5%

Dados da Pnad Continua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), produzida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apontam que a renda dos trabalhadores encolheu, mas também que o servidor público perdeu mais renda do que os trabalhadores do setor privado nos últimos três anos, que coincide com o período da pandemia.

Os dados refletem o congelamento de salários no serviço público e a inflação galopante. Conforme a pesquisa, no trimestre de maio a julho de 2019, a renda média do trabalho do funcionalismo era estimada em R\$ 4.468 (em valores de hoje). No trimestre correspondente de 2022, o rendimento real baixou para R\$ 4.086, uma queda de 8,5% na pandemia.

Entre os trabalhadores do setor privado, em igual período, a renda média, exceto os trabalhadores domésticos, recuou de R\$ 2.421 para R\$ 2.350, uma queda de 2,9%. Entre os trabalhadores domésticos a queda foi de 5,1 no período.

“Os mesmos servidores, alvos da reforma da Previdência que resultou na redução nominal das remunerações, não receberam nenhum reajuste nos últimos três anos e acumulam, agora, perdas inflacionárias de aproximadamente 1/3 de

seus salários”, afirma o Fonacate (Fórum Nacional da Carreiras Típicas de Estado) em seu site.

A pesquisa do IBGE reflete a situação de todos os setores do serviço público, que englobam as esferas municipais, estaduais e federais, órgãos da administração direta, autarquias, empresas públicas e de economia mista, e fundações.

“O grosso da folha de pagamento é preenchido por servidores de áreas como saúde e educação, longe de serem privilegiados”, afirma Vivian Almeida, professora do Ibmecc-RJ. O falso argumento do “privilegiado” foi um dos utilizados pelo governo, nos últimos anos, para arrochar os salários justamente daqueles que atendem os serviços mais demandados pela maioria da população. Segundo uma nota técnica do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicada em 2021, de cerca de 11,5 milhões de servidores públicos em 2018, um quarto recebia até R\$ 1.566, e a metade ganhava até R\$ 2.727.

Ainda conforme os dados do IBGE, em termos gerais, a renda média dos funcionários públicos no país caiu 3,5% entre o trimestre encerrado em julho de 2019 e igual período de 2022. O rendimento recuou de R\$ 2.702 para R\$ 2.608.

Decisão do STF suspende lei do piso e afeta 2,7 milhões de enfermeiros



Federação Nacional dos Enfermeiros realiza paralisação nacional no dia 21

Os profissionais de enfermagem estão convocando paralisação nacional para a próxima quarta-feira (21), em defesa da lei do piso salarial, suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após votação nesta quinta-feira (15).

De acordo com a presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), Shirley Morales, o movimento conta com a mobilização de enfermeiros, parteiras, técnicos e auxiliares de enfermagem. “O pessoal [da categoria] está realmente bem convencido de que a única forma de fazer esse processo da ADI [Ação Direta de Inconstitucionalidade] cair completamente no Supremo é a força das ruas e a mobilização. E a gente, como entidade sindical, defende que todos os seus direitos sejam garantidos e também, ao mesmo tempo, os direitos da população”, afirma Shirley Morales.

“É uma paralisação em defesa do piso da enfermagem. Não é contra nenhum Poder, não é contra o Judiciário, não é pela decisão do ministro Barroso, até porque decisão judicial se cumpre, e é o

que está acontecendo. É uma mobilização legítima da categoria, seja para sensibilizar a sociedade civil ou os três Poderes, para defender que o nosso direito possa ser implementado”, disse.

A presidente do FNE afirmou ainda que, antes mesmo da ADI e da decisão de Barroso, “a gente já tinha municípios e estados dizendo que não iriam cumprir a lei, bem como entidade patronal dizendo isso. Então, é por isso que nós vamos fazer essa mobilização com paralisação de todos os setores, para demonstrar o quanto a enfermagem precisa resistir e defender o piso em todos os Poderes”.

“As câmaras de vereadores e assembleias legislativas ainda vão deliberar este ano as leis orçamentárias, então, o Poder Executivo tem que mandar isso, mas eles têm até o final do ano para deliberar. Por conta disso, ainda estamos dependendo dos Poderes, de certa forma, para garantir o piso”, completou.

Nesta quinta-feira (15), os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) mantiveram

suspensa a lei do piso salarial. O julgamento terminou com o placar de 7 a 4, com o voto final da ministra Rosa Weber, mantendo a decisão individual do ministro Luís Roberto Barroso.

Acompanharam a decisão de Barroso os ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Luiz Fux. Os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, André Mendonça e Nunes Marques votaram pela manutenção do piso dos profissionais de enfermagem.

Desde a suspensão do piso nacional da enfermagem, determinada pelo ministro Luís Roberto Barroso em decisão liminar, a categoria tem se mobilizado pela garantia da lei aprovada após intensa discussão no Congresso Nacional. O argumento de ouvir os entes federativos, conselhos de classe e sociedade civil, foi o que sustentou a decisão, mesmo depois desses atores terem sido ouvidos durante todo o processo de discussão no Congresso Nacional que, apenas no caso dessa lei, durou cerca de dois anos.

Para ministro Fachin, lei “regulamentou um direito constitucional fundamental”

O Supremo Tribunal Federal (STF) conclui, nesta quinta-feira (15), a votação sobre o piso salarial dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e manteve suspensa a lei aprovada pelo Congresso Nacional.

Por 7 votos a 4, atendendo à ação dos representantes da Saúde privada e planos de saúde, que através da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde) protestaram contra a lei, o STF barrou os efeitos da lei até que o Congresso elenque alternativas para seu custeio.

A medida afeta 2,7 milhões de profissionais da enfermagem, que atualmente sobrevivem com salários de miséria. Conforme estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 56% dos enfermeiros recebem abaixo do piso de R\$ 4.750,00 estipulado pela lei; 85% dos técnicos de enfermagem recebem abaixo de R\$ 3.325,00, e 52% dos auxiliares de enfermagem também recebem abaixo do piso de R\$ 2.375,00.

A suspensão foi determinada pelo ministro Luís Roberto Barroso, acompanhado por Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Luiz Fux.

Contrários à suspensão da lei votaram os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Nunes Marques e André Mendonça.

Em seu voto favorável ao piso, o ministro Edson Fachin rebateu os argumentos apresentados na ação.

“VÍCIO DE INICIATIVA”

Um dos pontos foi o de que a lei seria inconstitucional por “vício de iniciativa”, ou seja, argumentam que, por abranger tanto entes públicos como privados, apenas o Presidente da República poderia dar início ao processo legislativo.

“A luz da jurisprudência desta Suprema Corte, a resposta é negativa”, afirmou Fachin.

“A Constituição da República prevê, em seu art. 61, § 1º, II, “a” e “c”, competir ao Presidente da República a iniciativa para leis que disponham sobre ‘criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração’ e ‘servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria’”.

“No entanto, quando a lei aplica-se indistintamente a toda uma categoria e estabelece piso salarial para todos os servidores e servidoras dessa ampla categoria, abrangendo inclusive os empregados da iniciativa privada, a iniciativa deixa de ser privativa e passa a ser comum, como decidiu este Tribunal, no julgamento da ADI 5.241”.

“No caso dos presentes autos, ao instituir um piso nacional salarial para toda uma categoria, abarcando inclusive empregados da iniciativa privada, não se deve exigir reserva de iniciativa para a lei impugnada”.

“Dois motivos justificam tal compreensão. Primeiro porque a competência legislativa plena é do Congresso Nacional e qualquer restrição às prerrogativas do parlamento deve ser restritamente interpretada. Não se olvide que o Congresso Nacional, no ponto, regulamentou um direito constitucional fundamental, sendo desnecessária norma constitucional expressa para garantir um direito fundamental social.

Vale dizer, o piso salarial é um direito fundamental social por se, instituído pelo art. 7º, V, de modo que não se pode exigir emenda constitucional para dar a ele concretude”.

“Segundo porque, ainda que se considerasse haver iniciativa privativa para a fixação de salário mínimo profissional para uma determinada categoria, não haveria inconstitucionalidade formal no caso específico sob análise desta Suprema Corte”.

ESTADOS E MUNICÍPIOS

Outro argumento apresentado foi o de que haveria “ofensa à autonomia de Estados e Municípios”, que não poderiam ser obrigados pela União a arcar com o ônus da instituição do piso salarial.

“Quanto à inconstitucionalidade por ofensa à autonomia dos entes federativos, basta lembrar não só o precedente firmado por este STF na ADI

nº 4.167, mas também o próprio precedente da ADI nº 5.241, ambas já referidas, para se reconhecer que não há ofensa à autonomia dos entes. Trata-se antes, tal como nesses precedentes, do reconhecimento de um direito fundamental social a uma categoria que presta relevante serviço público”.

“De fato, nas ADIs nºs 4.167 e 5.241, considerou-se não haver nenhuma violação ao pacto federativo, por se tratar de legislação que dá concretude direta ao art. 7º, V, da Constituição da República, regulando, ainda, a política educacional. E dizer, o Supremo Tribunal Federal nunca considerou que a prévia vigência de norma específica sobre piso salarial é requisito de constitucionalidade formal de leis reguladoras e minudenciadoras deste mesmo piso. Tem a União, portanto, iniciativa legislativa plena para legislar sobre o tema, como de resto tem para instituir política de salário mínimo”.

“CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS”

O terceiro e último argumento respondido pelo ministro rebateu a alegação de que “a medida seria eleitoreira e não teria levado em conta as graves consequências econômicas possíveis”.

“Por fim, considero, com a devida vênia, pouco plausíveis os argumentos que apontam para uma inconstitucionalidade de material. Não porque não se deve ter cuidado com os impactos e consequências das decisões públicas, mas porque não houve qualquer violação das normas constitucionais”.

“As informações trazidas pelas Casas do Congresso Nacional indicam que, ao contrário do que alega a Confederação Nacional de Saúde, o Legislativo levou em conta os possíveis impactos que a medida poderia implicar. Se há outros dados ou outros elementos que deveriam ter sido levados em conta, essa não é matéria que deva ser submetida à juízo de delibação, porque demanda instrução processual apta a, de forma completa, esplançar qualquer dúvida sobre a suficiência de informações”.

“Não se pode presumir, em sede de controle de constitucionalidade, que as informações trazidas por apenas uma das partes interessadas no processo legislativo sirva para diminuir a presunção de plena constitucionalidade das manifestações congressuais”.

“Além disso, se, de um lado, é certo que a preocupação em reduzir o desemprego deve ser vista como um objetivo nacional, de outro, as manifestações nestes autos de diversas entidades representativas dos trabalhadores parece apontar que também essa preocupação foi levada em conta quando da elaboração da lei”.

“Nada justifica, teórica ou empiricamente, que esta Corte Suprema tenha melhores condições de definir o que os próprios representantes do povo, com a reivindicação da sociedade civil organizada em diversas etapas do processo legislativo, deliberaram”.

“Nesse particular, importante esclarecer que o debate legislativo durou tempo suficiente para o amadurecimento dos impactos que a norma teria na realidade social, principalmente na realidade econômica. Ademais, aprovação da Emenda Constitucional n. 124/2022 demonstrou, inequivocamente, a intensidade da vontade legislativa para a criação do piso salarial dessa categoria”, concluiu o ministro.

Em seu voto, a ministra Rosa Weber também reforçou que a ação protocolada pela CNSaúde tem como base dados sobre os impactos causados pelo piso produzidos “unilateralmente” pela entidade.

“Entendo que a avaliação de riscos e impactos negativos produzida unilateralmente pela entidade autora não pode prevalecer, ao menos em juízo deliberatório, sobre as conclusões formuladas pelo Congresso Nacional com base em estudos e relatórios elaborados em conjunto com os representantes dos setores público e privado, inclusive com órgãos e entidades da sociedade civil organizada”, disse a ministra.

Segundo Rosa Weber, “a fonte de receitas necessária a sua implementação [do piso] deverá ser indicada na legislação interna que vier a ser editada em cada ente federativo, não na própria lei federal instituidora do piso”.



Na ‘contraofensiva’, Kiev tem 4 mil soldados mortos em cinco dias, diz Rússia

Números que abarcam tanto a fracassada tentativa ucraniana ao sul (na linha Nikolaiev-Krivoi, com Kherson como alvo) quanto o reposicionamento das tropas russas e forças voluntárias do Donbass desde Izium para a margem oriental do rio Oskil, com Izium voltando ao controle ucraniano.

Apesar das assombrosas baixas, o fato foi amplamente comemorado pela mídia ocidental e, claro, pelo regime de Zelensky, como a “virada começou”.

Kiev clamou pela ‘reconquista’ de 2.000 km2, depois inflados para ‘8.000’, dos 120.000 km2 controlados pelas tropas russas e do Donbass. Nos dias seguintes, as baixas ucranianas diárias têm variado entre 200 e 500 soldados.

A cidade de Kupiansk ficou dividida: tropas ucranianas na margem ocidental do rio Oskil, russos na parte oriental. Segundo o respeitado correspondente de guerra russo Evgenii Poddubnyi, que transmite desde lá, a frente se estabilizou.

Em paralelo a isso, forças russas entraram nos subúrbios de Bahmut, em Donetsk, que muitos consideram o vértice da linha de defesa fortificada ucraniana no Donbass, o que pode abrir caminho aos redutos de Slavyansk e Kramatorsk.

UM POUCO DE FEL

Curiosamente, partiu do porta-voz de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, na terça-feira (13) a iniciativa de lançar, como se diria antigamente, “um pouco de fel” na açucarada limonada servida pela mídia da casa.

Ele alertou os repórteres de que os russos “claramente ainda têm um exército capaz de infligir um grande dano e baixas”, um exército “muito grande e muito poderoso” e que o presidente Putin “ainda tem um monte terrível de capacidade militar deixada à sua disposição, não apenas para ser usada na Ucrânia, mas potencialmente por toda a parte”.

Observações, digamos, preventivas: tem eleição em novembro, Biden está tentando melhorar as perspectivas democratas, quer capitalizar o ódio aos russos, mas como guerra tem idas e vindas, é melhor não apostar a fazenda numa jogada só, e certos exageros podem acabar atrapalhando mais do que ajudando.

“A Rússia está em fuga?”, estampou The Economist. “Como a Ucrânia ganhou impulso contra a Rússia e tomou um hub crítico”, alentou-se o New York Times. “Inteligência aponta para potencial ponto de virada na guerra da Ucrânia”, cravou o Washington Post.

No front da desinformação, não faltou quem visse nisso a ‘evidência’ de que a guerra seria ‘vencida por Kiev’, e os mais eufóricos até previram que a queda de Putin estaria iminente.

Por outro lado, nas páginas do NYT gerais dos EUA gabaram-se de ter planejado a ofensiva. O que confirma o que Moscou tem assinalado: trata-se de uma guerra por procuração da OTAN contra a Rússia, em que a participação direta da OTAN é a cada dia mais notória.

Na análise de Pepe Escobar, “as repúblicas populares e a Rússia nunca tiveram homens suficientes para defender uma linha de frente de 1.000 km de extensão. Todas as capacidades de inteligência da OTAN perceberam – e lucraram com isso”.

“Não havia forças armadas russas nesses assentamentos: apenas Rosgvardia, e estas não são treinadas para combater forças militares. Kiev atacou com uma vantagem de cerca de 5 a 1. As forças aliadas recuaram para evitar o cerco. Não há perdas de tropas russas porque não havia tropas russas na região”. E, como ele sublinha, “guerras não são vencidas por psyops”.

Pepe destaca que Kharkov foi “muito bem cronometrado” – já que “o General Inverno está chegando; a questão da Ucrânia já sofria de fadiga da opinião pública; e a máquina de propaganda precisava de um impulso para turbo-lubrificar a linha de ratos multibilionária de armamento”.

MOEDOR DE CARNE DE CANHÃO

Como em tantas outras guerras, um episódio adverso sempre gera polêmica. Quando o governo russo decidiu retirar as tropas da região de Kiev – buscando abrir espaço para negociações, após sua manobra inicial ter mantido fixadas na capital tropas ucranianas que de outra forma teriam sido deslocadas para o front do Donbass -, também houve gente que achou que a maré tinha virado contra os russos, conversa que só cessou após a derrota dos neonazis em Mariupol e rendição do Batalhão Azov.

No front de Kherson, o regime de Kiev lançou suas tropas através da estepe nua, praticamente sem defesa antiáerea, levando-as a um verdadeiro moedor de carne sob a artilharia pesada russa. Outra parte da provocação ucraniana incluía os repetidos bombardeios ucranianos contra a central nuclear de Zaporozhia, o que, pelo risco de uma tragédia nuclear tipo Fukushima ou Chernobyl, certamente forçou os russos a muita atenção.

Nos cálculos de um militar austríaco, as baixas sofridas pelos ucranianos, sob barragem após barragem de artilharia, equivalem a duas brigadas. “Os hospitais e necrotérios das grandes cidades tão distantes quanto Odessa estão transbordando de feridos e mortos”, registrou o blogueiro russo Boris Rozhin.

O Washington Post entrevistou alguns dos militares sobreviventes. O comandante de pelotão Ihor disse que “nós perdemos cinco pessoas para cada um que os russos perderam”.

Um soldado apenas identificado como ‘Oleksandr’ disse que o fogo de artilharia russa não cessa. “Eles nos atingem o tempo inteiro. Se nós dispararmos três morteiros, eles disparam 20 em retorno”.

Em relação ao impacto do revés russo em Irzum, um oficial ‘ocidental’, em declaração à Reuters, disse que no estrito sentido militar, “isto foi uma retirada, ordenada e sancionada pelo alto comando, não um colapso”.

Obviamente – ele acrescentou – “isso parece realmente dramático, é uma vasta área de terra. Mas nós temos que levar em conta que os russos têm feito algumas boas decisões em termos de encurtar suas linhas e torná-las mais defensáveis, e sacrificando território a fim de fazer isso”.

Como observa o correspondente de guerra Poddubnyi, na sua operação militar especial a Rússia optou por uma economia de meios, em função da extensão da linha de frente, de mais de 1000 km, e das tropas convocadas. “As posições da linha de frente são, relativamente falando, escassamente ‘tripuladas’, aliado a uma defesa móvel de alto poder de fogo”.

Grande parte das ações de rotina é feita pela infantaria das repúblicas do Donbass e por forças auxiliares russas, cuja função é tentar retardar o inimigo enquanto as reservas são trazidas para a frente.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Europeus protestam contra a alta acelerada nas contas de energia



Protesto contra o aumento reuniu 70.000 pessoas nas ruas centrais de Praga

Europa comete suicídio ao apoiar sanções à Rússia, diz parlamentar americano

Como é possível que em pleno 2022 “o continente europeu enfrente um inverno como algo saído da idade das trevas?”, questiona Ron Paul, após apontar que sanções são “ato de guerra”.

O ex-deputado norte-americano e várias vezes pré-candidato a presidente do país, Ron Paul – aliás, pai do atual senador republicano Rand Paul -, afirmou, em artigo divulgado pela fundação que leva seu nome, que “os europeus cometem suicídio por sanções”.

Como destaca Ron Paul, “embora há muito promovidas – muitas vezes por aqueles que se opõem à guerra – como uma alternativa menos destrutiva à guerra, as sanções são, na realidade, atos de guerra”.

E – acrescenta -, como sabemos, com o intervencionismo e a guerra, o resultado muitas vezes são consequências não intencionais e até contra-ataques.

“Ao tentar punir a Rússia cortando as importações de gás e petróleo, os políticos da União Europeia esqueceram que a Europa é completamente dependente do suprimento de energia russo e que os únicos que sofrerão se essas importações forem encerradas serão os próprios europeus”, sublinha o veterano dirigente.

No artigo, o ex-congressista Paul relata um exemplo dos absurdos a que se está chegando na Europa nos esforços para submeter a Rússia às vontades de Washington e socorrer o regime de Kiev.

“Um outdoor suíço está circulando nas redes sociais mostrando uma jovem ao telefone. A legenda diz: ‘O vizinho aquece o apartamento a mais de 19 graus? Por favor, informe-nos’. Embora o governo suíço tenha descartado o pôster como falso, as penalidades que os cidadãos suíços enfrentam por ousar aquecer suas casas são muito reais. De acordo com o jornal suíço Blick, aqueles que violarem o limite de aquecimento de 19 graus podem enfrentar até três anos de prisão!”

“Tempo de prisão para aquecer a sua casa? No mundo “livre”? Como é possível em 2022, quando a Suíça e o resto do ocidente político alcançaram o maior sucesso econômico da história, que o continente europeu enfrente um inverno como algo saído da idade das trevas?”, questiona o ex-senador.

“As sanções europeias contra a Rússia por sua invasão da Ucrânia no início deste ano provavelmente entrarão para a história como um excelente exemplo de como as sanções podem resultar em consequências não intencionais”, assinalou.

Os russos – ele acrescenta – simplesmente se voltaram “para o sul e o leste e encontraram muitos novos compradores na China, na Índia e em outros lugares”. De fato, a estatal russa de energia Gazprom informou que seus lucros “aumentaram 100% no primeiro semestre deste ano”.

A Rússia está ficando rica enquanto os europeus enfrentam um inverno gelado e um colapso econômico, constata Ron Paul. “Tudo por causa da falsa crença de que as sanções são uma maneira gratuita de forçar outros países a fazer o que você quer que eles façam”.

“O que acontece quando as pessoas vêem políticas governamentais idiotas fazendo as contas de energia dispararem à medida que a economia para? Eles ficam desesperados e vão às ruas em protesto”, ele adverte.

Isso já está acontecendo: no fim de semana, milhares de austríacos foram às ruas em um “Comício da Liberdade” para exigir o fim das sanções e a abertura do Nord Stream II, o gasoduto prestes a ser inaugurado no início deste ano.

Na semana passada, cerca de 100.000 tchecos foram às ruas de Praga para protestar contra a política da OTAN e da UE. Na França, os ‘coletes amarelos’ estão de volta às ruas protestando contra a destruição de sua economia em nome de ‘derrotar’ a Rússia na Ucrânia. Na Alemanha, Sérvia e em outros lugares, os protestos estão em preparação.

Até o Washington Post foi forçado a admitir que as sanções contra a Rússia “não estão surtindo o efeito pretendido”. Em um artigo de ontem – destaca Ron Paul -, o jornal teme que as sanções estejam infligindo “danos colaterais na Rússia e além, potencialmente prejudicando os próprios países que as impõem. Alguns até temiam que as sanções destinadas a deter e enfraquecer Putin pudessem acabar por encorajá-lo e fortalecê-lo.” “Isso tudo é previsível. Sanções matam. As vezes eles matam inocentes no país alvo de destruição e às vezes matam inocentes no país que os impõe. A solução, como sempre, é a não intervenção. Sem sanções, sem ‘revoluções coloridas’, sem intromissão. É realmente tão simples”, conclui o ex-deputado.

Trabalhadores uruguaios fazem greve geral e ocupam Montevideu por salários

Mais de um milhão de trabalhadores uruguaios entraram em greve por 24 horas exigindo reajustes salariais, recomposição das aposentadorias e pensões e mais verba para habitação e educação.

A greve convocada pela central sindical única do Uruguai, a Plenário Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT) sob a consigna “Contra o modelo de desigualdade”, foi a quarta greve geral desde a posse de Lacalle Pou em 1 de março de 2020, em repúdio a um modelo que aplica o arrocho sobre os trabalhadores e entrega o patrimônio público.

Os trabalhadores exigem uma “reforma abrangente, solidária e digna da seguridade social”, rechaçando o projeto apresentado pelo Governo em julho que inclui mais anos de serviço para se aposentar e nenhuma alteração no financiamento do sistema que recai sobre os assalariados.

Nesse sentido, a central



Uruguaios tomaram as ruas de Montevideu

também aponta para a eliminação das Administradoras de Fundo de Pensão (AFAP), aspecto fundamental dentro do Sistema Misto de Previdência Social no país com importante participação privada. Os sindicatos pedem ainda que o governo garanta os direitos trabalhistas conquistados na negociação coletiva.

O presidente do PIT-CNT, Marcelo Abdala, enfatizou a defesa das empresas públicas, após forte questionamento do

Manifestações de rechaço ao aumento nas tarifas de energia, movido por “sanções suicidas”, à Rússia acontecem em Viena, Praga, Nápoles e Leipzig

Europeus tomaram as ruas do continente para protestar contra o aumento das tarifas da energia, o alto custo de vida e a alta inflação agravada pelas “sanções suicidas” de seus governos à Rússia. Os índices de reajuste da energia são estratosféricos, condenaram, citando alguns absurdos dos últimos doze meses: 142,6% na Turquia, 57% no Reino Unido, 50,7% na Grécia, 41% na Espanha e 36,2% na Alemanha.

Em Viena, capital da Áustria (47,2% de aumento), milhares de manifestantes exigiram sábado (9) um basta à política de sanções e condenaram as ações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderada pelos Estados Unidos, por provocar conflitos e piorar a situação de segurança do continente.

Ató em Viena repudia a Otan e exige fim das sanções contra Rússia (Reprodução)

A elevação dos preços da eletricidade na Europa está fomentando protestos e a situação está se deteriorando rapidamente, admitiu a ex-ministra das Relações Exteriores da Áustria, Karin Kneissl.

70 MIL EM PRAGA

Em Praga, capital da República Tcheca (40,3% de reajuste), cerca de 70 mil pessoas protestaram no início deste mês contra a União Europeia e a OTAN, e defendendo uma intervenção governamental para controlar o reajuste abusivo da energia e em oposição à União Europeia e à OTAN.

“O objetivo de nossa manifestação é exigir mudanças, principalmente na solução da questão dos preços da energia, especialmente eletricidade e gás, que destruirão nossa economia neste outono”, declarou Jiri Havel, um dos organizadores do protesto. Para a coordenação do evento, o país da Europa Central deve ser neutro militarmente e garantir contratos diretos com a Rússia, entre outros fornecedores de gás, a fim de que a crise energética deixe de crescer como bola de neve. O problema, alertaram, começou desde que a OTAN decidiu intervir no conflito Rússia-Ucrânia em fevereiro.

Na Itália, (43% de aumento), o ministro das Relações Exteriores, Luigi Di Maio, foi atacado e chamado de “traidor” por manifestantes ao chegar a Nápoles, no sábado, com as

pessoas indo às ruas para queimar suas contas de eletricidade e gás.

PROTESTO NA ITÁLIA

Condenando os constantes reajustes nas contas de energia – foram pelo menos cinco vezes nos últimos meses – o morador Mario Salvatore, disse ao Global Times que a situação é gravíssima.

“Alguns restaurantes até acendem velas à noite para economizar dinheiro... Poderíamos ter continuado a viver em paz, se continuássemos a comprar da Rússia o que nossas economias precisam para prosperar. Em vez disso, tivemos um verão escaldante e agora estamos nos preparando para um outono quente e um inverno ainda mais rigoroso”, ressaltou Salvatore.

Na semana passada, assim como na França, as cidades alemãs foram palco de grandes protestos contra o governo. Sob um mar de aplausos em Leipzig, Gregos Gysi, ex-líder do partido Esquerda Europeia, denunciou que “a OTAN conseguiu fazer tudo errado no que diz respeito à crise da Rússia com a Ucrânia”.

Projeções da Goldman Sachs Research, divulgadas na última quinta-feira (8) reportam que uma família típica na UE deverá pagar contas de energia de € 500 por mês no início do próximo ano, caso não haja a introdução de limites de preços – 200% a mais que em 2021. “Este é um processo muito doloroso e está impactando a população europeia de muitas maneiras diferentes. As pessoas comuns ainda nem sentiram o peso total desta situação”, avalia Samantha Dart, estrategista sênior de energia do Goldman Sachs.

Para Lin Boqiang, diretor do Centro de Pesquisa em Economia da Energia da China na Universidade de Xiamen, “como os Estados Unidos pressionam a Europa a tomar medidas agressivas contra a Rússia e o continente sofre com a escassez de energia como resultado, não estão poupando esforços para vender gás e petróleo para os europeus e ganhar muito dinheiro”.

A Administração de Informação de Energia dos EUA informou que o país enviou quase três quartos de todo o seu gás natural liquefeito para a Europa nos primeiros quatro meses de 2022, com embarques diários para a região mais que triplicando em relação à média do ano passado.

Ocidente é o maior cemitério da humanidade”, diz papa Francisco

“O Ocidente como um todo não é atualmente um exemplo de modelo. O Ocidente está errado, por exemplo, em termos de justiça social”, declarou o sumo pontífice, em entrevista publicada no jornal italiano Corriere della Sera .

Entre outros graves deslaminhos, alertou a mais alta autoridade da Igreja Católica, estão as atuais condições desumanas impostas aos migrantes pela União Europeia (UE). “Precisamos de pessoas na Espanha, na Itália. Por que o Ocidente não segue uma política de integração de migrantes?” questionou. O fato, acrescentou, é que agindo de forma preconceituosa, o Ocidente “não está no nível mais alto” e encontra-se sem capacidade de ajudar outras nações.

O Papa também condenou o envio de armas para o prosseguimento de confrontos, em uma referência clara ao que acontece na Ucrânia, apesar de não explicitar aquele conflito estimulado pelos EUA e pela

Otan: É uma decisão política que pode ser imoral se houver a intenção de provocar a escalada da guerra, vender armas ou enviar aquelas que você não precisa mais”.

Durante visita ao Cazaquistão, o Papa voltou a criticar a indústria armamentista, reiterando que os imensos recursos canalizados para sua produção poderiam ser invertidos na educação ou na erradicação da pobreza.

Como se não bastasse o fornecimento de bilhões de dólares em armas para Kiev – além de deslocamento e formação de militares pelo Ocidente -, o gabinete do presidente Vladimir Zelensky publicou na terça-feira (13) um projeto que propõe estabelecer oficialmente uma participação permanente dos Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido, Austrália e Turquia como fiadores da “segurança ucraniana”, ou seja, o envio permanente de armas para um regime impregnado de nazistas até a medula.

Ferroviários dos EUA arrancam reajuste salarial e melhoria das condições de trabalho

O acordo foi arrancado do governo federal na última hora antes do início da greve já anunciada pela entidade que organiza os ferroviários norte-americanos. A acordo foi firmado nesta quarta-feira (14) durante reunião no Departamento de Trabalho, em Washington.

A greve, já marcada para sexta-feira (16) e que alcançaria 7.000 trens – afetando o conjunto da cadeia produtiva e os usuários do transporte – e custaria US\$ 2 bilhões diários.

Em comunicado na quinta-feira (15), o presidente Joe Biden – que chegou a nomear um painel de arbitragem em julho, para pôr fim ao movimento – assegurou que a partir do acordo assinado, “os ferroviários terão melhores salários, melhores condições de trabalho e tranquilidade em relação ao seguro de saúde”.

A paralisação ameaçava interromper não só o transporte de cargas, mas também o de passageiros, dois meses antes das eleições legislativas de 8 de novembro, nas quais o Partido Democrata, de Biden, pode perder o controle do Congresso no meio do mandato. Por isso, o presidente tentou enrolar e capitalizar para si os avanços obtidos pelos ferroviários, publicando na página da Casa Branca que “o acordo de princípio alcançado marca uma importante vitória para nossa economia e para o povo dos Estados Unidos”.

“Momentos atrás, após mais de 20 horas consecutivas de negociações no Departamento do Trabalho, as ferrovias e os negociadores sindicais chegaram a um acordo de princípio que equilibra as necessidades dos trabalhadores, empresas e economia de nossa nação”, tuitou o secretário do Trabalho dos EUA, Marty Walsh, evidenciando o nível de resistência da Casa Branca a chegar a qualquer entendimento com o setor vital de trabalhadores dos EUA.

O fato é que a mobilização veio com um efeito bola de neve, elevando o tom pelas justas reivindicações e crescendo por todos os lados. Antecipando-se à greve, a operadora ferroviária nacional Amtrak já havia cancelado linhas de passageiros, com agricultores e varejistas alertando para o caos iminente que uma paralisação causaria na cadeia de suprimentos já comprometida pela pandemia de Covid-19. Os eleitores manifestam sua preocupação com o constante aumento dos preços, que têm sido um flagelo constante com a inflação anual atingindo a maior alta em quatro décadas.

Além da questão salarial, os sindicatos manifestaram sua preocupação com a questão de folgas e licenças médicas, com os ferroviários alertando para o fato de terem de trabalhar por longos períodos devido à falta de pessoal.

Conforme o presidente da Federação Americana de Agências Agrícolas, Zippy Duvall, o fato é que “não há substituto para o transporte de produtos”. A mesma opinião é compartilhada pela Federação Nacional do Varejo (NRF), que chamou o trem de carga de “crucial para a cadeia de suprimentos do varejo”.

De acordo com o diretor executivo da NRF, Matthew Shay, não havia outro caminho a seguir, uma vez que “o momento coincide exatamente com o pico da temporada de embarque para os feriados de inverno”. “Uma greve ferroviária neste momento seria um golpe inflacionário significativo para uma economia já cambaleante”, concluiu.

Manifestantes exigem no México libertação de Assange

Os EUA não podem dar lições sobre liberdade de expressão enquanto “o melhor jornalista do mundo” permanece na prisão, afirmou o irmão de Julian Assange, Gabriel, que estava acompanhado do pai, John Shipton, em uma manifestação diante da embaixada dos EUA na capital do México, no domingo (11) contra a extradição, véspera da chegada ao país do secretário de Estado, Anthony Blinken.

A manifestação foi convocada pela #24F Coalizão pela Vida e Liberdade Julian Assange. Em julho, o presidente mexicano Lopez Obrador revelou ter enviado uma carta ao presidente dos EUA, Joe Biden, pedindo a retirada, por Washington, do pedido de extradição de Assange, a quem ofereceu asilo político em janeiro de 2021.

No sábado (10), durante exibição do documentário Íthaka, sobre a luta da família e apoiadores de Assange contra a extradição, seu pai, John Shipton, disse em entrevista ao Sputnik Lat (em espanhol), que se Washington não libertar Assange, que só mostrou a verdade a todos e exerceu o direito de livre expressão, os EUA vão ter de “devolver a Estátua da Liberdade à França”.

Julian Assange, fundador do WikiLeaks e o jornalista que expôs ao mundo os crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afe-

ganistão, assim como a tortura em Guantánamo, e desde então brutalmente perseguido por Washington, está numa prisão de segurança máxima no Reino Unido há 3,5 anos, com sua extradição aos EUA já concedida, decisão contra a qual a defesa do jornalista e sua família seguem lutando, tendo apresentado um apelo no dia 1º de julho.

“Eu quero agradecer ao México por sua hospitalidade e pelo apoio a Julian. Esse apoio tem sido tremendo, particularmente do presidente Obrador”, disse o pai de Assange, John Shipton.

Blinken “viaja o mundo dizendo que a liberdade de expressão é uma preocupação primordial em Washington, mas eles continuam a perseguir Julian Assange... ele é um símbolo mundial da liberdade de expressão”, assinalou Gabriel Shipton, acrescentando que os Estados Unidos não podem dar lições sobre liberdade de expressão enquanto “o melhor jornalista no mundo” continua na prisão.

“Eu deixei uma carta com o presidente [Biden] explicando que Assange não cometeu qualquer crime sério. Ele não matou ninguém ou violou quaisquer direitos humanos. Ele exerceu sua liberdade. Eu disse a ele [Biden] que prender Assange significaria uma afronta permanente à liberdade de expressão”, disse Obrador.

Leia mais no site do HP

Xi e Putin condenam provocações de Washington contra China e Rússia



Putin e Xi presentes na cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (OCS)

Manifestantes antimonarquistas são agredidos e presos pela polícia inglesa

Manifestantes que defendem a república foram agredidos e detidos pela polícia inglesa durante os eventos após a morte da rainha Elizabeth II.

O vídeo de um manifestante sendo agredido e preso enquanto segurava uma faixa com a frase “Not my king” (Ele não é meu rei), em referência a Charles III, foi amplamente divulgado nas redes sociais na última segunda-feira. Nas imagens, o manifestante é escoltado para fora da região por quatro agentes em frente ao Palácio de Westminster, sede do Parlamento britânico.

No vídeo, pode-se ouvir a voz de diversos presentes ao ato exigindo a soltura de uma manifestante que estava sendo detida: “Deixem-na ir”; “Liberdade de expressão”; “Ela tem o direito de se expressar” e “Ultrajante1”.

O caso impulsionou a hashtag #NotMyKing, que alcançou os maiores índices de audiência no Reino Unido. O jornal britânico Evening Standard registrou imagens do momento em que o manifestante era escoltado pela polícia.

Em outro momento, enquanto Charles III fazia seu primeiro discurso, uma manifestante com o cartaz “Not my King” também foi escoltada pela polícia de Oxford, no sul da Inglaterra. A prisão foi uma punição ao que as autoridades cinicamente chamaram de um “ataque ultrajante à democracia” em um país monárquico.

No domingo, nessa cidade, o ativista da paz Symon Hill foi algemado depois de gritar “Quem o elegeu?” referindo-se

‘Lei do Microchip’ de Biden atesta que China está superando EUA em tecnologia de ponta

No portal abrilabril, o articulista Manuel Gouveia, ao examinar a “Lei da Ciência e Chips” recém assinada pelo governo Biden – em que o alvo explícito é o desenvolvimento chinês no estratégico setor dos semicondutores de ponta – observa com propriedade que o livre comércio [ou, se preferirem, a globalização] “produziu um resultado que em absoluto não ‘devia’ ter produzido”.

“O texto do Chips Act não deixa dúvidas que há um país – a China – que os EUA sabem que os está a ultrapassar”, ele enfatiza. Ele registra, ainda, que a essa guerra econômica contra a China “é o caminho escolhido pelos EUA para parar o desenvolvimento pacífico que estava conduzindo a uma multipolaridade que não lhe é suportável”.

Lei que foi aprovada no Congresso dos EUA, que não concorda em quase nada, a não ser quando é contra a China – e a Rússia, e que destina US\$ 52,7 bilhões de incentivos para fábricas nos EUA, mais US\$ 24,3 bilhões em isenções fiscais, e ainda mais US\$ 203 bilhões para ‘investigação e desenvolvimento’, totalizando US\$ 280 bilhões. Cuja pré-condição essencial é a proibição de que a empresa beneficiada tenha qualquer participação em algum projeto de expansão da produção e desenvolvimento de



Uma manifestante com cartaz “Não é meu rei” quando é escoltada por policiais em Londres (NPR)

a Charles sendo proclamado novo rei.

Hill disse que foi colocado em uma van da polícia por agentes que lhe disseram que ele estava sendo detido por suposto comportamento que poderia causar “assédio, alarme ou angústia”. Ele foi liberado mais tarde, mas ainda pode enfrentar interrogatório.

“A polícia abusou de seus poderes para prender alguém que expressou uma oposição moderada sobre um chefe de Estado ser nomeado de forma não democrática”, disse ele.

Jodie Beck, do grupo de campanha Liberty, afirmou que o direito de protestar era “uma parte vital de uma democracia saudável e funcional”.

Essa atitude contra a

liberdade de expressão tem provocado diversas críticas à realza e à polícia do Reino Unido, na contramão das homenagens à rainha Elizabeth II, que morreu no dia 8 de setembro. As críticas levaram a polícia a divulgar uma nota recomendando a seus agentes que respeitem o direito de protestar.

O ativista climático Paul Powlesland também protagonizou mais um incidente com a polícia britânica. Na segunda-feira (12), Powlesland escreveu em sua conta no Twitter que foi ameaçado de prisão por agentes caso escrevesse “Ele não é meu rei” quando segurava um pedaço de papel em branco em frente ao Parlamento.

Leia mais no site do HP

microchips na China.

“EUA e Nancy Pelosi não dão ponto sem nó”, assinala o articulista, sobre o acintoso teor anti-China da nova legislação. Que chega a detalhar o veto a qualquer universidade norte-americana de ter acesso a esses fundos caso mantenha algum acordo com um ‘Instituto Confúcio’ – este, um instituto bancado por Pequim para difundir e ensinar a língua e a cultura chinesa, equivalente à Maison de France ou à Cultura Inglesa!

A Uma das poucas vozes no Congresso dos EUA que se pronunciaram contra a medida, o senador Bernie Sanders advertiu que a questão que se deveria colocar é “se devem os contribuintes americanos oferecer à indústria dos microchips um cheque em branco de mais de 76 bilhões de euros quando essas companhias de semicondutores estão fazendo bilhões de dólares em lucros e pagando aos seus executivos exorbitantes pacotes de compensação?” A resposta a essa questão – sublinhou – deve ser “um sonoro não”.

Gouveia comenta que da próxima vez que algum defensor do neoliberalismo vier com a superioridade da iniciativa privada, “este é

um bom exemplo de como, de fato, funciona a maior economia capitalista do planeta: assente em fundos públicos (só para esta indústria foram distribuídos mais apoios que o total do PIB português, que ronda os US\$ 210 bilhões)”.

O autor também ironiza como os arautos da globalização se estrepam. “Um dos princípios básicos do verdadeiro movimento do mundo – dialético – é que as coisas tendem a transformar-se no seu contrário. Principalmente para quem fica parado, convencido que o resto do mundo parou com ele”.

A globalização é “um instrumento para rasgar as fronteiras nacionais, fazer entrar as multinacionais e o capital estrangeiro, concentrar e centralizar capital, principal e naturalmente na primeira potência capitalista, os EUA”, registra Gouveia.

Mas – acrescenta – “produziu um resultado que em absoluto não ‘devia’ ter produzido, e que faz com que um desenvolvimento pacífico durante mais uns anos levasse à completa ultrapassagem da economia dos EUA, que acabaria por implicar a sua ultrapassagem tecnológica e militar, o que seria uma catástrofe... []

Íntegra do texto no site HP

Como sinal de sua aproximação diante das tensões ocidentais, navios russos e chineses realizaram patrulha conjunta no Oceano Pacífico na quinta-feira para “fortalecer a cooperação marítima”.

Os presidentes da China, Xi Jinping, e da Rússia, Vladimir Putin, se encontraram nesta quinta-feira (15) em Samarcanda, no Uzbequistão, na primeira reunião presencial dos dois dirigentes desde o início da operação militar na Ucrânia. Xi e Putin participam da cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (OCS), estreitando laços em meio à turbulência mundial causada pelos EUA.

Sentados um em frente ao outro e cercados por seus conselheiros, os dois líderes se reuniram antes do início do encontro, que também contará com os líderes da Índia, Paquistão, Turquia, Irã e outros países.

Para o presidente chinês, trata-se também de sua primeira viagem ao exterior desde os primeiros dias da pandemia de Covid-19. Xi disse que estava muito feliz por reencontrar “meu velho amigo”.

“Diante das tremendas mudanças de nosso tempo em escala global, sem precedentes na história, estamos prontos, juntamente com nossos colegas russos, para ser um exemplo de potência mundial responsável e desempenhar um papel de liderança no mundo para injetar estabilidade e energia positiva no caminho do desenvolvimento sustentável”, afirmou.

Ele também ressaltou durante a reunião que os líderes da Rússia e da China “diante da pandemia global, continuamos mantendo uma comunicação estratégica eficaz, principalmente por meio de ligações telefônicas”.

MUNDO UNIPOLAR

O presidente russo, por sua vez, criticou os Estados Unidos, que lideram a ajuda militar à Ucrânia, bem como as sanções internacionais contra Moscou.

“As tentativas de criar um mundo unipolar tomaram recentemente uma forma absolutamente feia e são completamente inaceitáveis”, destacou Putin. “Apreciamos muito a posição equilibrada de nossos amigos chineses em relação à crise ucraniana”, acrescentou.

O presidente russo reiterou o apoio de Moscou a Pequim em relação a Taiwan, onde as visitas de autoridades norte-americanas nas últimas semanas provocaram a indignação chinesa e a reação em defesa de sua soberania.

“Condenamos a provocação dos EUA”, disse o presidente russo, enfatizando que Moscou adere ao princípio “uma só China”, segundo o qual Taiwan é parte integrante do território chinês.

Como sinal de sua aproximação diante das tensões ocidentais, navios russos e chineses realizaram uma patrulha conjunta no Oceano Pacífico na quinta-feira para “fortalecer sua cooperação marítima”.

De acordo com a mídia estatal em Pequim, citando o presidente Xi, a China está disposta a apoiar com a Rússia “os interesses fundamentais” de ambos os países.

A China até agora não apoiou abertamente a operação na Ucrânia, mas desenvolveu laços econô-

micos e estratégicos com a Rússia nesses meses de conflito e Xi expressou seu apoio à “soberania e segurança” do país irmão e de toda a região.

Esta reunião é a primeira entre Xi e Putin desde que se encontraram em Pequim em fevereiro para os Jogos Olímpicos de Inverno, pouco antes da Rússia lançar sua operação na Ucrânia. Naquele momento, ambos celebraram uma amizade “sem limites”.

O presidente chinês também se reunirá no Uzbequistão com seu colega bielorrusso, Alexander Lukashenko, aliado próximo da Rússia, que é membro da OCS como observador.

Após esta viagem, Xi Jinping se fortalece como líder global antes do importante congresso do Partido Comunista chinês em outubro, no qual possivelmente será eleito para um novo mandato.

A reunião principal da OCS acontecerá na sexta-feira (16), mas o evento que mais despertou o interesse público foi o encontro entre os líderes da Rússia e da China.

A OCS, formada por China, Rússia, Índia, Paquistão, Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tajiquistão, foi fundada em 2001 como uma organização política, econômica e de segurança para os países não serem reféns das instituições ocidentais manipuladas pelos Estados Unidos.

“A OCS oferece uma alternativa real às organizações centradas no Ocidente”, pontuou o assessor de política externa do Kremlin, Yuri Ushakov, nesta semana.

Não é uma aliança militar formal como a OTAN ou um bloco integrado como a União Européia, mas seus membros trabalham juntos em questões de segurança, cooperação militar e promoção comercial.

Além de Xi, Putin se reuniu com o presidente iraniano Ebrahim Raisi na quinta-feira. Na sexta-feira, ele deve se encontrar com o primeiro-ministro indiano Narendra Modi e com o presidente turco Recep Tayyip Erdogan.

A agenda bilateral de Xi ainda não está clara. Um possível encontro com o indiano Modi está sendo considerado, o primeiro desde 2019 e desde os confrontos armados de 2020 na disputada fronteira do Himalaia.

PERÍODO DE RUPTURA

As grandes expectativas da cúpula foram antecipadas pelo presidente do país anfitrião, Shavkat Mirziyoyev, que escreveu um artigo por ocasião do evento em que destacou que o mundo enfrenta atualmente “um período de ruptura histórica”, quando uma era termina e outra começa, ainda imprevisível e desconhecida”.

Nesse sentido, de acordo com o líder usbeque, a reunião dos líderes poderia servir de exemplo sobre como promover “um diálogo inclusivo, baseado em princípios de respeito mútuo em prol da segurança e prosperidade comuns”, enquanto Samarcanda poderia se tornar uma plataforma para unir e reconciliar estados com “diferentes prioridades de política externa”.

Ildo Sauer: Bolsonaro torra o pré-sal

“Isto é um assalto contra o povo e o futuro do país”, denunciou o professor Ildo Sauer, do Instituto de Energia da USP. “São os recursos do pré-sal sendo desviados para o orçamento secreto”, acrescentou o especialista

O governo Bolsonaro está tentando oficializar o roubo dos recursos públicos obtidos com a exploração do pré-sal no regime de partilha de produção. O dinheiro, que deveria ser recolhido pela Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, para abastecer o Fundo Social, criado na Lei 12.351/2010, não mais o fará. O PL 1.583/2022, de autoria do Executivo, se encarrega de torrar o patrimônio público e acabar com o fundo social.

PRIVATIZAÇÃO DA PPSA

No governo Bolsonaro, o dinheiro da comercialização do petróleo será antecipado através da privatização da PPSA e não terá mais nenhuma obrigação legal de abastecer o Fundo Social, instrumento concebido com vistas a criar condições de investimentos em projetos de desenvolvimento social. O objetivo do governo é antecipar os recursos para abastecer o “orçamento secreto”, fonte da maior corrupção oficial já vista na história do Brasil.

Segundo o professor da

USP, Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobrás, o que está em andamento com a tramitação deste projeto, “que vem ocorrendo na penumbra do processo eleitoral, é um assalto contra o povo e o futuro do país.” “São os recursos do pré-sal sendo desviados para o orçamento secreto”, denuncia o especialista, ao analisar para o HP a tramitação do projeto.

Com o PL 1.583/2022, Bolsonaro acaba com o Fundo Social, que tem entre seus objetivos centrais a formação de uma poupança pública de longo prazo. O fundo foi instituído para ser a fonte de financiamento do desenvolvimento social do país a partir da renda formada pelas atividades de produção e exploração do petróleo. Ou seja, Bolsonaro não tem nenhum compromisso com projetos para a Educação, a Saúde ou com investimentos em Ciência e Tecnologia, necessidades vitais para o desenvolvimento do Brasil.

SEM COMPROMISSO COM FUTURO DO PAÍS

O roubo se dará por conta do mecanismo que autoriza a União a ceder, de forma integral, o direito à sua parcela do excedente em óleo proveniente de contratos de partilha



Ildo Sauer, professor da USP e ex-diretor da Petrobrás. Foto: Agência Brasil

de produção e de acordos de individualização da produção em áreas não contratadas na área do pré-sal ou em áreas estratégicas.

O artigo 1º do PL 1.583/2022 é explícito: Fica a União autorizada a ceder, de forma integral, a sua parcela do excedente em óleo proveniente de contratos de partilha de produção e de acordos de individualização da produção em áreas não contratadas na área do pré-sal ou em áreas estratégicas de que trata a Lei nº 12.351,

de 22 de dezembro de 2010, por meio de licitação na modalidade leilão.

A proposta vem acoplada com o anúncio da privatização da PPSA, empresa responsável pela captação dos recursos pertencentes à União nos contratos de partilha. Os requerimentos legislativos vinculados ao PL 1.583 são claros neste sentido: eles buscam alternativas de antecipação da monetização da produção dos Contratos de Partilha, o que permitiria à União receber adiantadamen-

te a parcela que lhe cabe no excedente em óleo.

FIM DO FUNDO SOCIAL

O que o governo Jair Bolsonaro (PL) está repassando para grupos privados mediante a antecipação de recursos para abastecer o seu criminoso orçamento secreto está na casa dos R\$ 1,57 trilhão, em valores nominais, ao longo de 30 anos. O futuro do Brasil está sendo negociado nas “penumbras”, como denuncia o professor Ildo Sauer, em troca de uma anteci-



pação de R\$ 398 bilhões, que não iriam mais para o Fundo Social e, sim, para abastecer a roubalheira do orçamento secreto e outras falcatruas.

Ou seja, o governo Bolsonaro quer entregar o óleo da União já contratado para os próximos 30 anos em troca da antecipação de recursos para abastecer seu esquema criminoso do orçamento secreto. Um crime sem tamanho. Ele quer vender o futuro do país e poder usar esses recursos naquilo que o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) chamou de “a maior corrupção com recursos públicos da União desde o escândalo dos anões do orçamento”.

Atualmente, existem oito empresas diferentes com participações em campos contratados sob o regime de partilha e que estão, hoje, em fase de produção: Petrobras, Shell, TotalEnergies, CNOOC, CNPC (e sua subsidiária CNODC), Repsol Sinopec, Qatar Petroleum (QPI) e Petronas. Além disso, existem mais 13 contratos de partilha, que envolvem áreas que ainda não produzem, e 13 companhias: BP, Chevron, CNODC, CNOOC, Ecopetrol, Equinor, ExxonMobil, Petrobras, Petrogal, Petronas, QPI, Shell e TotalEnergies.

Um “Hino ao inominável”: artistas cantam música que denuncia caráter de Bolsonaro

“Sou a favor da ditadura”, disse ele. Do pau de arara e da tortura”, concluiu. Mas o regime mais do que ter torturado, tinha que ter matado trinta mil”. ‘E em contradição ao que afirmou, na caradura, disse: “Não houve ditadura no país”’.

Assim o ator e diretor Wagner Moura abre a primeira estrofe do “Hino ao Inominável”, lançado no sábado, do qual ele participa juntamente com outros artistas, em protesto contra Jair Bolsonaro.

O grupo cita frases proferidas por Bolsonaro desde que ele está na política. Por exemplo, manifestações preconceituosas – e agressivas – contra mulheres, homossexuais, negros, indígenas, quilombolas.

Também menciona os ataques proferidos pelo “Inominável” ao meio ambiente, a negação da Ciência e o descaso às vítimas da Covid.

‘Chamou o tema ambiental de “importante. Só pra veganos que só come vegetal”’, ‘chamou de “mentirosos” dados científicos. Do aumento do desmatamento florestal. Disse que “a Amazônia segue intocada, praticamente preservada no país”’, diz trecho do “hino”.

“E assim negou e re-negou o inegável, as evidências que a Ciência vê e diz. Da derrubada e da queimada comprovável pelas imagens de satélites”, continua a canção.

Também critica a violência policial. ‘E proclamou: “Policial tem que matar, tem que matar, senão não é policial. Matar com dez ou trinta tiros do bandido, pois criminoso é um ser humano anormal. Matar uns quinze ou vinte e ser condecorado, não processado” ‘e conde-

nado no país’.

“E num desprezo pela vida inolvidável, que nem quando lotavam UTIs. E o número de mortos era inumerável”, disse “E daí? Não sou coveiro”. “E daí?”, lembram os artistas.

O “hino” também destaca a ignorância e a mediocridade do presidente. “Os livros são hoje ‘um montão de amontoado, de muita coisa escrita’, veio a declarar’. Tentou dizer “conclamo” e disse “eu conclamo”. ‘Não sabe conjugar o verbo “concl...amar”. ‘Clamou que “no Brasil tem professor demais”, ‘tal qual um imbecil pra imbecis’.

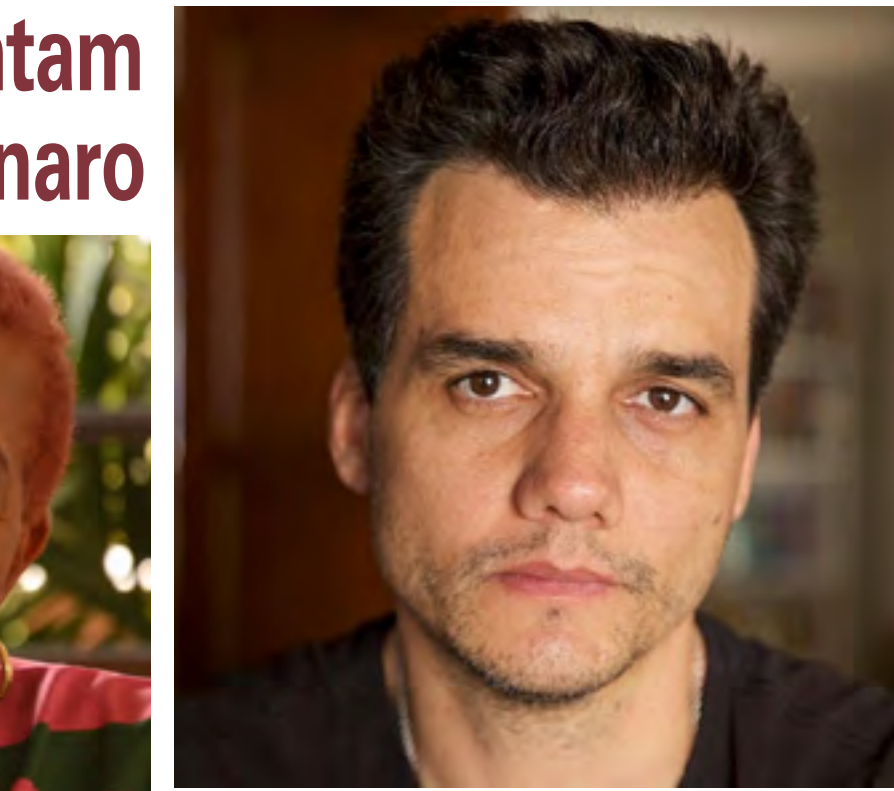
Os ataques ao STF também foram ressaltados. ‘Bradou que “o presidente já não cumprirá mais decisão” ‘do magistrado do Supremo, ao qual se dirigiu xingando: “Seu canalha!”, ‘mas acuado recuou do tom extremo, e em nota disse: “Nunca tive intenção (Não!) de agredir quaisquer Poderes” do país’.

Por fim, a “ode” ao “Inominável” conclama ao sonho, à esperança por superar o momento atual e reconstruir o país.

“Do pesadelo à utopia por um triz, no instante crucial de liberdade instável, pros democráticos de fato, equânimes, com a missão difícil mas realizável de erguer das cinzas como fênix o país”.

Participam da canção, além de Wagner Moura, artistas como Leci Brandão, o ator Bruno Gagliasso, os cantores Chico Cesar, Lenine, Zélia Duncan, André Abujamra, o músico e ensaísta José Miguel Wisnik e o professor Pasquale, entre outros.

O “Hino ao Inominável” tem letra de Carlos Rennó e música de Chico Brown e Pedro Luís. Xuxa Levy, produtor musical do projeto, é responsável pelo arranjo.



Wagner Moura, Leci Brandão, Bruno Gagliasso, Zélia Duncan, Chico Cesar e Lenine (nas fotos), além de nomes como Monica Salmaso, Marina Lima, José Miguel Wisnik, Chico Brown, Luana Carvalho e Dora Morelenbaum são alguns dos 30 artistas que participam do vídeo com o “Hino ao inominável”, que tem letra de Carlos Rennó e música de Chico Brown e Pedro Luís